



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ–UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO–ICED
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

SUZANNY CUNHA DA MOTA

**O PROTAGONISMO FEMININO NAS PRÁTICAS ESPACIAIS DA ASSOCIAÇÃO
INDÍGENA BORARI DE ALTER DO CHÃO – AIBAC - SANTARÉM /PA**

**SANTARÉM
2022**

SUZANNY CUNHA DA MOTA

**O PROTAGONISMO FEMININO NAS PRÁTICAS ESPACIAIS DA ASSOCIAÇÃO
INDÍGENA BORARI DE ALTER DO CHÃO – AIBAC - SANTARÉM /PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Oeste do Pará, para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Prof. Dr. Rafael Zílio Fernandes.

**SANTARÉM
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da UFOPA
Catalogação de Publicação na
Fonte. UFOPA - Biblioteca Unidade Rondon

Mota, Suzanny Cunha da.

O Protagonismo feminino nas práticas espaciais da Associação Indígena Borari de Alter do Chão- AIBAC - Santarém/PA / Suzanny Cunha da Mota. - Santarém, 2022.

93f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)., Universidade Federal do Oeste do Pará., Instituto de Ciência da Educação - ICED, Programa de Ciências Humanas, Licenciatura em Geografia.

Orientador: Rafael Zílio Fernandes.

1. AIBAC. 2. Mulheres indígenas Borari. 3. Núcleo de mulheres Sapú Borari. 4. Matriarcado. I. Fernandes, Rafael Zílio. II. Título.

UFOPA/Sistema Integrado de Bibliotecas

CDD 23 ed. 305.42

SUZANNY CUNHA DA MOTA

**O PROTAGONISMO FEMININO NAS PRÁTICAS ESPACIAIS DA ASSOCIAÇÃO
INDÍGENA BORARI DE ALTER DO CHÃO – AIBAC - SANTARÉM /PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Oeste do Pará, para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Conceito: 10

Data da aprovação: 14 /02/ 2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Zílio Fernandes. (Orientador)
Geografia, Universidade Federal Oeste do Pará

Prof.^a. Dr.^a Isis do Mar Marques Martins
Geografia, Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof.^a. Dr.^a Juliana Grasiéli Bueno Mota
Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados

A minha mãe Berenice Maria Cunha da Mota (in memoria) que sempre me incentivou a estudar e que tinha o sonho de ver uma de suas filhas graduada.

Às mulheres indígenas Borari que me acolheram na AIBAC no decorrer da pesquisa.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me dado força durante todos os anos da graduação e, principalmente, durante a escrita da minha monografia. Escrever essa monografia é um sonho que realizo, pois não imaginava chegar até aqui em decorrência dos meus dezesseis anos sem poder estudar. Graças ao incentivo do meu companheiro de vida Leandro Ramão Paim, pude voltar a estudar e realizar meu sonho.

Agradeço a minha mãe que sempre me incentivou a estudar, principalmente no ensino Médio, onde eu quase desisti de concluir e ela, minha mãe, incansavelmente conversou inúmeras vezes e me fez desistir da ideia. Minha mãe e meu maior exemplo de vida sou grata pela criação e todos os ensinamentos que deixou para mim. Mãe eu consegui realizar seu sonho!

Agradeço ao meu pai que sempre esteve ao meu lado, me ajudando financeiramente durante os anos que estive na universidade e me dando conselhos para continuar a minha caminhada.

Agradeço as minhas irmãs (mães) Suellen Cunha da Mota e Suanny Mota Silva que todos os dias me ligam, se preocupavam comigo, cuidavam de mim e me amam de um jeito único, sou grata a todas as palavras de incentivo e os ralhos que elas sempre me deram. Manas vocês são tudo para mim, sou grata a Deus por ter vocês em minha vida.

Agradecer ao meu companheiro de vida Leandro Ramão Paim que sempre me incentivou a voltar a estudar, ele que me inscreveu no Enem, que me ajudou a escolher o curso, que fez uma tabela para ver onde eu tinha mais chances de passar, que me ensinou como fazer os trabalhos, me ajudou na monografia e que teve muita paciência nesses últimos meses no qual eu estava insuportável, estressada, com medo, paranoica etc. Gratidão pelos anos que fui pra Ufopa e ele ficou com meus filhos, ensina as tarefas, levava o Pietro na terapia uma vez por semana, sou imensamente grata.

Agradecer ao seu Sebastião Rabelo (avô paterno) e a Neursulina Rabelo (avó paterna) por sempre ficarem com meus filhos para mim conseguir ir para os estágios, aulas de campo, viagens etc. Sou grata por toda ajuda da minha rede de apoio, pois sem eles não tinha chegado até aqui.

Aos meus filhos Silas Pietro Mota Rabelo e Rebecca Mota Rabelo que nos últimos meses me entenderam e ficaram em casa comigo durante as férias para eu conseguir terminar a monografia.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Rafael Zilio Fernandes que se tornou meu amigo durante a minha caminhada na graduação, que me recebeu no seu grupo de pesquisa

Nepes, me incentivou sempre a escrever e teve muita humildade, paciência durante as orientações. Sou grata por toda ajuda.

Agradeço meu irmão (amigo) Randerson Monteiro Júnior que sempre esteve ao meu lado durante a minha caminhada na academia, me incentivando, ajudando, me fazendo rir, me colocando sempre para cima nos momentos que mais precisei, ele sempre tinha uma palavra amiga de conforto e força. Sou grata pela sua amizade e grata a Ufopa por ter me proporcionado conhecê-lo.

Agradeço ao meu amigo João Pedro Gonçalves Dias por ter me apresentado sua mãe a cacique Ludienia Lobato, pois foi através desse primeiro contato que tomei a decisão de fazer a minha pesquisa sobre as indígenas Borari de Alter do Chão. Por ele sempre me receber bem, me dar as refeições e me ajudar durante todas as pesquisas de campo que realizei e deixar eu frequentar a Associação Indígena Borari de Alter do Chão.

Agradeço a Associação Indígena Borari por fornecer documentos, por me acolher durante todas as minhas visitas durante os campos que realizei, ao Núcleo das mulheres Sapú Borari por sempre me tratarem bem e serem acolhedoras.

Agradeço aos meus amigos da Geo2017, Maxilene, Darlan, Caroline, Júlio, Dayanny, Lucas Echer, Jarison, Poliane e Randerson que foram meu grupo durante a caminhada da graduação, que sempre me fizeram rir, onde um ajudava o outro, aos lanches e cafés juntos, meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço a Milena Sanche por toda a ajuda durante a minha pesquisa e a Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Silva que me acolheu na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) onde cursei a disciplina Optativa Estudo de Gênero na Amazônia onde adquirir conhecimento sobre gênero e pude participar dos encontros do grupo Gegênero.

Agradeço a todas minhas professora e professores do Curso de Geografia (Enéias, Leandro, Ivan, Gilber, Maria Betanha, Maria Júlia, Rafael, Maria Mirtes, Revelino, Mizant e Maria Salomé, Francilene, Rafaela) pelo compartilhamento de conhecimentos, idas aos campos, orientações, piadas, puxões de orelha, paciência, conselhos e amizade. Sou gratidão a todos vocês.

Agradeço a minha psicóloga Dr. Daniela Américo que foi essencial nesses últimos meses, me ajudando nos momentos que senti dificuldade extrema na escrita da minha monografia e fazendo com que eu conseguisse retomar a escrita da monografia e chegar até aqui. Gratidão.

Nós somos continuação, estamos aqui desde 1500 quando os portugueses chegaram. Todo brasileiro é indígena, mas nem todos se assumem, mas é direito deles. (CACIQUE BORARI LUDINEIA LOBATO GONÇALVES DIAS, 2021)

RESUMO

O objetivo da pesquisa é apresentar análise das práticas espaciais da Associação Indígena Borari (a palavra Borari que dá nome ao festival, significa “flecha envenenada”) de Alter do Chão (AIBAC), com o foco no protagonismo feminino. A associação foi fundada em Alter do Chão no dia vinte e nove de janeiro de 2008, foi criada para lutar e defender os direitos do povo indígena Borari junto aos órgãos públicos e privados, uma entidade sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Os povos originários do Brasil e do mundo vivem em um cenário de violação de seus direitos, entre invasão de seus territórios, negação de suas identidades e ausência de políticas públicas diferenciadas pelo Estado, o que não é muito diferente do território Borari. A Associação Indígena Borari desde a sua fundação vem proporcionando ganhos de autonomia para os indígenas Borari de Alter do Chão, principalmente relacionados ao reconhecimento e demarcação do seu território indígena junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A atuação das mulheres indígenas no território Borari tem assumido uma importante frente na luta pela garantia dos direitos e autonomia das mulheres, na proteção da natureza e demarcação do território. As práticas espaciais realizadas pela AIBAC têm foco nas ações sociais e ações culturais. Tanto nos projetos sociais quanto os culturais as práticas espaciais visam o circuito econômico alternativo e a lugarização através da força da identidade do povo Borari. Os indígenas Borari sempre tiveram em seu comando mulheres, sendo uma aldeia de origem matriarcal, hoje quem está no comando e a cacique Ludinéia Lobato Gonçalves Dias, que juntamente com as outras indígenas Borari criaram na Associação indígena Borari o Núcleo de mulheres Sapú Borari, demonstrando o empoderamento feminino indígena. As práticas espaciais que acontecem na AIBAC são promovidas principalmente pelas mulheres do Núcleo Sapu Borari, as ações e os projetos; porém a luta por direitos é voltada para todo povo indígena Borari, não somente para estas mulheres. Através da minha pesquisa a minha hipótese foi confirmada de que a organização matriarcal Borari repercute nas práticas espaciais e, provavelmente, seriam diferentes se os Borari fossem patriarcais.

Palavras-Chave: AIBAC. mulheres indígenas Borari. Núcleo de mulheres Sapu Borari. Matriarcado.

ABSTRACT

The objective of the research is to present an analysis of the spatial practices of the Borari (the word Borari that gives its name to the festival, means “poisoned arrow”) Indigenous Association of Alter do Chão (AIBAC), with focus on female protagonism. The association was founded in Alter do Chão on the twenty-ninth of January 2008. It was created to fight and defend the rights of the Borari indigenous people in public and private institutions. The association is a non-profit and indefinite entity. The native peoples of Brazil and the world live in a scenario of violation of their rights, between invasion of their territories, denial of their identities and absence of differentiated politics by the State, which is not very different from Borari territory. The AIBAC since its foundation has been providing gains in autonomy for the Borari indigenous people of Alter do Chão, mainly related to the recognition and demarcation of their indigenous territory with FUNAI. The participation of indigenous women in the Borari territory has assumed an important front in the struggle to guarantee women's rights and autonomy, in the protection of nature and demarcation of the territory. The spatial practices carried out by AIBAC focus on social and cultural actions. In both social and cultural projects, spatial practices aim at the alternative economic circuit and location through the strength of the identity of the Borari people. The indigenous Borari always had women in their command, being a village of matriarchal origin, today who is in command is the cacique Ludinéia Lobato Gonçalves Dias, together with other Borari indigenous women created the in Association Borari indigenous the Women's Nucleus denominated Sapú Borari, demonstrating indigenous female empowerment. The spatial practices that take place at AIBAC are mainly promoted by the women's Nucleus Sapú Borari, actions and projects; however, the struggle for rights is aimed at the entire Borari indigenous people, not just these women. Through my research my hypothesis was confirmed that the Borari matriarchal organization has repercussions on spatial practices and would probably be different if the Borari patriarchal organization.

Keywords: AIBAC. Borari indigenous women. Women's Nucleus Sapú Borari. Matriarchal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização Alter do Chão.....	14
Figura 2: Território indígena Borari, um olhar ancestral de Alter do Chão.....	19
Figura 3: Imagem aérea do Distrito de Alter-do-chão.....	20
Figura 4: Placa sobre construção da PA 475, Dr. Everaldo de Sousa Martins.....	22
Figura 5: Atividades econômicas desenvolvidas em Alter do Chão.....	23
Figura 6: Mapa de localização da Região do Jacundá no Distrito de Alter do Chão.....	24
Figura 7: Território reivindicado pela etnia Borari de Alter do Chão.....	26
Figura 8: Alter do Chão.....	27
Figura 9: Propaganda de vendas de apartamentos por imobiliária.....	28
Figura 10: Incêndio em Alter do Chão em setembro de 2019.....	29
Figura 11: Área atingida pelo fogo em setembro de 2019.....	29
Figura 12: Mapa de localização da AIBAC.....	31
Figura 13: Logomarca da AIBAC.....	32
Figura 14: Entrada da Associação Indígena Borari.....	32
Figura 15: Área interna da Associação Indígena Borari.....	33
Figura 16: Espaço Centro Cultural Oca do Saber Borari.....	40
Figura 17: Festa do Sairé, procissão religiosa, a Saraipora conduz o Arco do Sairé símbolo maior da manifestação folclórica que une o profano e o religioso.....	44
Figura 18: Festival dos Botos em Alter do Chão.....	45
Figura 19: Festival Folclórico Borari de Alter-do-Chão.....	46
Figura 20: Ritual do fogo e da água.....	47
Figura 21: Ritual do Tarubá.....	48
Figura 22: Ritual da Fartura.....	49
Figura 23: Artesanato indígena Borari cuia com grafismo Borari feita a mão e colar de miçangas confeccionados durante a realização do projeto Artesanato.....	50
Figura 24: Imagem do evento conversa no <i>puracê</i> com as indígenas Borari e com lideranças indígenas do baixo tapajós.....	51
Figura 25: Dança de carimbó durante o Festival do Sairé, apresentação do Festival dos Botos.....	52
Figura 26: Imagem da Oficina de Miçanga.....	53

Figura 27: Grupo Folclórico Cheiro do Sairé.....	54
Figura 28: Oca do Saber Borari, local de realização da Oficina Cheiro do Sairé.....	55
Figura 29: Realização da oficina Cheiro do Sairé.....	55
Figura 30: Movimento sufragista pelo direito ao voto.....	58
Figura 31: Abertura das comemorações do aniversário do CAINBORÉ.....	71
Figura 32: Café da manhã servido durante a programação.....	72
Figura 33: Roda de conversa com as indígenas Borari.....	73
Figura 34: Almoço em comemoração CARIMBORÉ.....	73
Figura 35: Dinâmica com as indígenas Borari.....	74
Figura 36: Dinâmica sobre a vivência dos indígenas Borari.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cronologia da história de Alter do Chão.....	30
Quadro 2: Entrevistas de campo realizadas com três mulheres indígenas Borari da AIBAC	75

LISTA DE SIGLAS

AIBAC - Associação Indígena Borari.

AMARN - Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

AMISM - Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé

APA - Área de Preservação Ambiental

APIB - Articulação dos povos indígenas do Brasil

ATL - Acampamento Terra Livre

CAINBORÈ - Cacicado Indígena Borari Resistente

CITA – Conselho Indígena Tapajós Arapiuns

COIAB - Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CSW - Comissão sobre o Status da Mulher

DFID - Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido

FLONA - Floresta Nacional

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GCI – Grupo Consciência Indígena

GTZ - Cooperação Técnica Alemã

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

NORAD - Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONGs - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAE - Projetos de Assentamentos Agroextrativistas

RESEX - Reserva Extrativista

SESAI - Secretaria especial de saúde indígena

SIASE - Sistema de informação da Atenção à Saúde Indígena

SPM -Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

UFOPA - Universidades Federal do Oeste do Pará

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

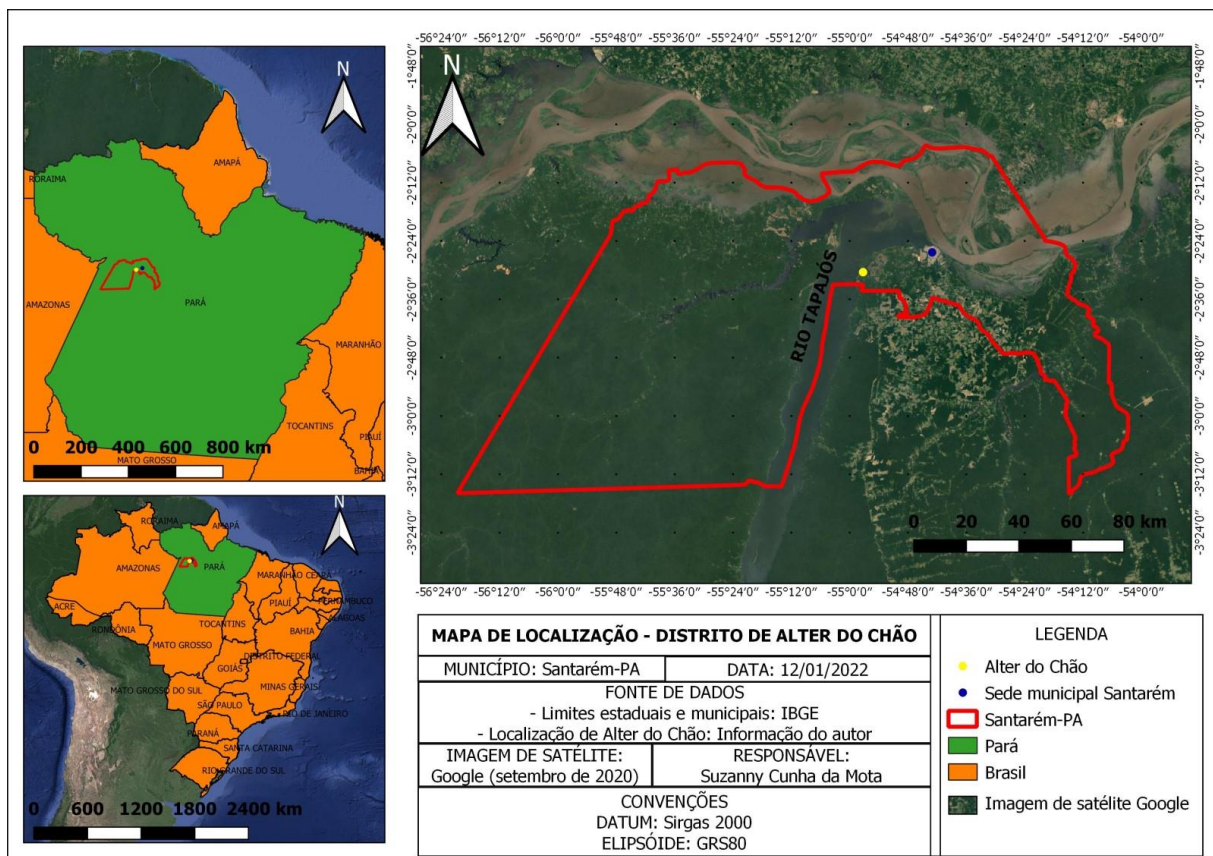
SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – A ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BORARI DE ALTER- DO-CHÃO – AIBAC: OS GANHOS DE AUTONOMIA DO POVO BORARI DESDE A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO.....	18
1.1 - Uma breve geohistória de Alter do Chão.....	18
1.2 - Sobre a AIBAC	31
CAPÍTULO II- AS CARACTERÍSTICAS DAS PRÁTICAS ESPACIAIS REALIZADAS PELA AIBAC.....	38
2.1 - As práticas espaciais da AIBAC: as ações sociais.....	38
2.2 - As práticas espaciais da AIBAC: as ações culturais.....	42
CAPÍTULO III- O PROTAGONISMO FEMININO NAS PRÁTICAS ESPACIAIS DA AIBAC E A EXPRESSÃO DA ORGANIZAÇÃO MATRIARCAL DO POVO BORARI DE ALTER-DO- CHÃO.....	57
3.1 - Breve história do Feminismo.....	57
3.2 - Geografia e gênero	60
3.3 - O movimento das mulheres indígenas no Brasil.....	63
3.4 - Núcleo das mulheres Sapú Borari: o protagonismo feminino nas práticas espaciais da AIBAC.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	83
APÊNDICE.....	86

INTRODUÇÃO

Essa monografia aborda o protagonismo feminino nas práticas espaciais da Associação Indígena Borari de Alter do chão (AIBAC), distrito de Santarém, município localizado no oeste do Pará (Figura 1). Minha pesquisa tem o intuito de focar nas práticas espaciais que os indígenas Borari trazem na luta por seus direitos, mostrando como tal grupo se organiza em seu espaço e quais são suas práticas espaciais em seu território, cuja criação da AIBAC foi fundamental para fortalecer suas demandas em relação ao Estado. Abordei também o fato da Aldeia Borari desde seu princípio teve em seu comando mulheres, sendo uma aldeia matriarcal, evidenciando o protagonismo feminino com um cacicado formado por mulheres.

Figura 1: Mapa de localização Alter do Chão



A minha pesquisa nasceu da elaboração de um artigo da disciplina Geografia Cultural sobre o Festival Borari de Alter do Chão, onde realizei entrevista com a cacique Ludenéia Lobato Gonçalves Dias (Neca Borari). Nesta conversa, ela informou sobre a existência de um grupo de mulheres Borari de Alter do Chão que trabalhava, junto à AIBAC, onde elas lutavam por seus objetivos na luta pela efetivação dos direitos à moradia, à saúde, à

seguridade social, à educação e à cursos para que elas conseguissem ganhar independência financeira. A partir desse primeiro contato decidi que esse seria o assunto que eu abordaria na minha monografia.

No Brasil, a participação das mulheres indígenas nos espaços públicos de discussão política, em interlocução com as instituições não indígenas, aumentou muito nas últimas décadas, bem como aumentou a institucionalização das organizações políticas de mulheres indígenas e o debate sobre os direitos dessas mulheres (MATOS, 2012; SACCHI, 2003). No povo Borari, segundo Rodrigues e Pinho (2016), destacam que o protagonismo das mulheres indígenas tem contribuído na discussão e luta pelos direitos desse povo indígena através da presença permanente, tanto no campo educacional e cultural, quanto no político e territorial.

Para melhor entendimento sobre a questão de gênero realizei na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) a disciplina Optativa Estudo de Gênero na Amazônia, à convite da minha amiga Milena Sanches de Sousa, que me apresentou a Professora Dr. Maria das Graças Silva. Esta me acolheu e me ajudou a entender sobre a questão de gênero e povos indígenas. Também verifiquei o quanto é difícil trabalhar nessa área, pois ainda existe muito preconceito quando se fala em gênero e do feminismo na academia e fora dela.

A questão indígena no Brasil busca seu reconhecimento na sociedade, direito a demarcação de seus territórios, a prestação de serviços assistenciais pelo Estado, a educação, a saúde, previdência social, essas são as principais causas que eles reivindicam e que poucas pessoas sabem o tamanho da organização e da união desse povo que ocorre em seus espaços de vivência, trazendo um exemplo de como a sociedade em geral pode se organizar e lutar pelos seus direitos. (RODRIGUES e PINHO, 2016).

A monografia analisou as práticas espaciais da Associação Indígena Borari com o foco no protagonismo feminino. Para atingir essa meta busquei identificar e classificar práticas espaciais da AIBAC, relacionar práticas espaciais da AIBAC aos possíveis ganhos de autonomia para o povo Borari desde a criação da associação a fim de compreender o protagonismo feminino nas suas práticas espaciais enquanto expressão da organização matriarcal do povo Borari. Pensar uma forma de resistir à dinâmica movida pela sanha do capitalismo e seus aliados como a religião, que se associam ao processo sociocultural e à produção de bens simbólicos, imprimindo sua força e seu poder de dominação, é lutar por políticas públicas que garantam a permanência e o fortalecimento de práticas, rituais, festas e outras manifestações de caráter popular enraizadas na memória e no imaginário dos povos tradicionais (DIAS, 2019).

A minha monografia foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo discorri sobre a Associação Indígena Borari de Alter do Chão – AIBAC – os ganhos de autonomia do povo Borari desde a criação da Associação. A AIBAC foi criada para lutar e defender os direitos do povo indígena Borari junto aos órgãos públicos e privados. Os povos originários do Brasil e do mundo vivem em um cenário de violação de seus direitos, entre invasão de seus territórios, negação de suas identidades e ausência de políticas diferenciadas pelo Estado, o que não é muito diferente do território Borari. Por esse motivo, os indígenas utilizam as expressões culturais com a finalidade de ação política e, ao mesmo tempo, de proteger a memória, valorizar os saberes seculares que carregam em suas histórias e fortalecer suas ancestralidades. (RODRIGUES e PINHO 2016).

No segundo capítulo relatei sobre as características das práticas espaciais realizadas pela Associação indígena Borari. A Associação indígena Borari realiza práticas espaciais com foco na ação social, para que seus projetos sejam realizados em Alter do Chão. Segundo Souza (2013) todas as práticas espaciais são sociais. Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a “lugaridade” ...) é um componente nítido e destacado da forma de organizado, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social, é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais.

Por fim, no último capítulo discuti sobre o protagonismo feminino nas práticas espaciais da Associação Indígena Borari – AIBAC e a expressão da organização matriarcal do povo Borari de Alter do Chão. A atuação das mulheres indígenas no território Borari tem assumido uma importante frente na luta pela garantia dos direitos e autonomia das mulheres, na proteção da natureza e demarcação do território.

Os indígenas Borari possuem em sua liderança um cacique que juntamente com as outras indígenas Borari criaram na Associação indígena Borari o Núcleo de mulheres Sapu Borari, demonstrando o empoderamento feminino. O estudo do Núcleo Sapú Borari contribui com entendimento do que é o feminismo. Nesse aspecto Reis (2015) comenta que a finalidade dos estudos feministas é analisar o que significa ser mulher, como varia no tempo e no espaço a concepção cultural dessa categoria, e sua influência na situação das mulheres dentro de cada sociedade.

A metodologia que utilizei na minha monografia foi a de abordagem qualitativa. Os dados primários foram produzidos junto aos sujeitos da pesquisa, através de seis trabalhos de campo, onde cinco aconteceram em 2021 e um em 2022. Coletei imagens fotografadas dos campos realizados e fiz pesquisa de campo exploratório, meu primeiro contato foi com o

presidente da AIBAC, fui autorizada por ele a frequentar a associação, onde realizei entrevistas em formato de história oral e entrevistas semiestruturadas (Apêndice 1). As entrevistas que realizei foram com o presidente da associação Indígena Borari – AIBAC - João Pedro Gonçalves Dias, com a liderança do povo indígena Borari a cacique Ludinéia Lobato Gonçalves Dias e com mulheres indígenas que são integrantes do Núcleo Sapú Borari. Todas as entrevistas foram gravadas e realizadas a partir da autorização de cada entrevistada.

Foram utilizados levantamento de dados secundários através das revisões bibliográficas, onde utilizei livros e outras bibliografias sobre o tema, *clipping* através de levantamentos na internet realizados em 2020 e 2021, para saber as repercussões das práticas espaciais da associação, resumos e fichamentos relacionados ao assunto. Além das pesquisas bibliográficas usei documentos fornecidos pela Associação Indígena Borari. Por fim realizei a análises de dados e redação final da monografia.

Devido à pandemia do Covid-19 enfrentei dificuldades e limitações para realização dos campos e para ter acesso a livros, documentos, artigos, sobre a história do povo indígena de Alter do Chão, onde não foi possível emprestar o material que precisava na biblioteca da UFOPA, pois os atendimentos eram apenas online, o que dificultou o andamento da minha monografia. A coleta das informações em campo foi possível mediante a vacinação dos Indígenas Borari e mediante a minha vacinação, sendo que não consegui realizar todas as entrevistas previstas devido ao atual cenário pandêmico.

CAPÍTULO I – A ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BORARI DE ALTER-DO-CHÃO – AIBAC: OS GANHOS DE AUTONOMIA DO POVO BORARI DESDE A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

1.1 – Uma breve geohistória de Alter do Chão

Alter do Chão é um território localizado a 37 km da sede municipal de Santarém. É uma área de preservação ambiental (APA), famosa por suas belezas naturais/cênicas, que despontaram no cenário internacional em 2009, quando o jornal inglês *The Guardian*¹ a elegeu como a praia mais bonita do Brasil. A área é cercada por áreas ambientalmente protegidas, como a Floresta Nacional do Tapajós (FLONA), Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (RESEX) e uma série de projetos de assentamentos agroextrativistas (PAE). Apesar de estar aparentemente protegida, a área é constantemente pressionada por diversas dinâmicas que conflitam com as práticas pré-existentes por estar muito próxima à sede municipal, a 40 minutos de viagem pela rodovia PA 457. Entretanto, apesar de oficialmente ser conhecido da forma anteriormente apresentada, o território de Alter do Chão é um território indígena (RODRIGUES e PINHO, 2021).

De acordo com Rodrigues e Pinho (2021) antes da chegada dos Jesuítas (sec. XVII), a região já era habitada por indígenas da etnia Borari (Figura 2). Os Borari são um povo indígena que vivem à margem do Rio Tapajós no Oeste do Pará. A população indígena Borari conta atualmente com uma população de 1.116 indígenas (ISA, 2014). Sendo a língua dos Borari é a “Nheengatu²”. O Nheengatu, também é conhecido como língua geral amazônica, língua brasílica e tupi moderno. É uma língua derivada do tronco tupi, pertencendo, portanto, à família linguística tupi-guarani. Até o século XIX, foi veículo da catequese e da ação social e política luso-brasileira na Amazônia, sendo mais falada que o português no Amazonas e no Pará até 1877 (RODRIGUES, 2016.).

¹ The Guardian: 10 melhores praias do Brasil. Link: <https://www.theguardian.com/travel/2009/apr/15/beach-brazil-top-10>

² Língua Nheengatu: Família Tupi-Guarani, sendo derivada do tronco tupi, e originado do antigo tupinambá amazônico.

Figura 2: Território indígena Borari, 1758 um olhar ancestral de Alter do Chão.



Fonte: Cartilha Turma da beira no território indígena de Alter do Chão, 2021.

Sobre a fundação da vila Borari e elevação de Alter do Chão à categoria de vila, segundo Maduro (2018) apesar de não haver consenso na historiografia sobre a região, a passagem da expedição de Pedro Teixeira pelo rio Tapajós, em 1626, é tida como o marco fundador da vila dos Borari, Alter do Chão, que na época fora denominada de missão de Nossa Senhora da Purificação. Pedro Teixeira percorreu parte do rio Tapajós a frente de uma tropa de resgate encarregada da aquisição de mão de obra escrava na região. Segundo Ferreira (2008), o nome de Alter do Chão foi uma homenagem ao povo Borari: “O termo Alter do Chão escolhido e atribuído por Mendonça Furtado à missão de Nossa Senhora da Purificação certamente foi uma homenagem ao povo Borari pela bravura com que defendiam arduamente as suas terras.” (FERREIRA, 2008).

As expedições no Baixo Rio Tapajós fizeram com que os índios fugissem para buscar abrigo em locais de difíceis acesso para os europeus. Outros grupos, como estratégia de proteção, procuravam refúgio em missões religiosas cujos missionários eram contrários à escravização de indígenas (MADURO, 2018).

Ferreira (2008) afirma que a “tribo Borari residia no local conhecido atualmente em Alter do Chão pelo nome de ‘Serra do Mocotó’, um lugar retirado da atual localização da vila, ali até hoje são encontrados fósseis que comprovam essa fundamentação”. Provavelmente a Serra do Mocotó serviu como defesa contra ofensivas de outros grupos indígenas ou contra ação dos portugueses que capturavam indígenas para mão de obra escrava no período colonial, ou até mesmo, em tempos mais recentes, como esconderijo para os Borari que participaram da revolução cabana em meados do século XIX e por consequência foram perseguidos pelas forças de repressão contra a cabanagem (MADURO, 2018).

As discussões em torno das origens do termo “Alter do Chão” para a denominação da vila são distintas. Henry Bates (1979), naturalista inglês que realizou uma viagem pela região em meados do século XIX, associa o nome do lugar a existência de um morro de cume achatado

na entrada da baía, facilmente visível à distância, sendo que em seus registros, este grafa o nome como *Altar do Chão* (MADURO,2018).

Ferreira (2008) defende que a denominação está associada a uma cidade portuguesa de mesmo nome e fora uma homenagem dada por Mendonça Furtado, aos valentes indígenas do povo Borari, por sua bravura na defesa da missão de invasões, assim como fizeram os Romanos que defenderam Alter do Chão de Portugal no passado (Figura 3).

Figura 3: Imagem aérea do Distrito de Alter-do-chão



Fonte: Booking.com, 2021.

As relações que os Borari tinham com o território se davam, principalmente, a partir de práticas tradicionais e por meio do valor de uso, com o desenvolvimento de atividades baseadas na agricultura de subsistência, caça, extrativismo e pesca. Além disso, havia a construção de vínculos de solidariedade, com o hábito da troca, nas relações comunitárias com os *puxiruns*³ e o convívio harmônico, respeitoso e integrado à natureza. A divisão do território era definida entre as áreas de moradia, localizada as margens do rio Tapajós, e as áreas de produção, em locais que seguiam em direção ao interior, mais afastados. A relação com a terra começou a mudar com a instalação da vila Jesuítica e, posteriormente, com a mudança para distrito administrativo. Os indígenas foram sistematicamente expulsos e adentrando cada vez

³Puxirum é um termo paraense para designar práticas espaciais coletivas, equivalente a mutirões. Por meio dos puxiruns, os membros da comunidade fazem a limpeza do roçado, organizam festividades e se ajudam em prol de um bem comum.

mais o território, e a vila foi se consolidando através de outra relação com a terra, jamais “racional”, individualizada e baseada em valores de troca (RODRIGUES e PINHO, 2021).

O processo de violência colonial investido em direção ao interior da Amazônia, especialmente à região do Tapajós (Sec. XVI), provocou incontáveis processos de desterritorialização e, conseqüente, invisibilização dos povos originários. Essa relação de violência obrigou os indígenas do Baixo Tapajós a utilizarem de diversas estratégias para assegurar a sobrevivência contra as forças repressoras. Uma delas foi manter em sigilo suas identidades étnicas para serem identificados como “caboclos” ou “ribeirinhos”. (RODRIGUES e PINHO, 2021).

Alter do Chão é um território reivindicado pelo Povo Borari como Terra Indígena, e existe em meio a processos de disputa do território no qual se entrelaçam a luta do povo Borari em defesa de seus modos de vida e a pressão de interesses econômicos de sujeitos externos (RODRIGUES e PINHO, 2021). O reconhecimento dos indígenas Borari de Alter do Chão, segundo relato da cacique do povo Borari, foi amparado na convenção 169 da OIT - Organização Internacional do Trabalho- que ampara o autorreconhecimento, Alter do Chão é o território de um povo que existia de fato, porém não tinha o reconhecimento do Estado brasileiro. A Convenção nº 169 da OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes, apresenta importantes avanços no reconhecimento dos direitos indígenas coletivos, com significativos aspectos de direitos econômicos, sociais e culturais (ISA, 2020).

Após a década de 1970, com a construção da rodovia PA 457 (Dr. Everaldo de Souza Martins), as alterações se intensificaram, devido à conexão com a sede municipal (Figura 4). Moradores dizem que a construção da rodovia foi um dos principais motivos para a chegada de atividades econômicas diferentes das praticadas pelos nativos de Alter do Chão (RODRIGUES e PINHO, 2021). “Relato de um morador...:”

“Quando teve a abertura da estrada, na década de 1970, antes desse período não tinha turismo, era raro a chegada de pessoas de fora. Tinham os barcos que vinham para cá, porque não tinham estradas. É nesse período que foi modificado o modo de vida das pessoas. E aí, começou a especulação, a grilagem, a venda de terras, aliciamento de moradores para venderem suas terras por um valor muito baixo e irem para a periferia, periferia assim lugares mais distantes, sem estrutura.” (Relato de um morador presente na cartilha de Rodrigues e Pinho, (2021) Turma da beira no território indígena de Alter do Chão).

Figura 4: Placa sobre construção da PA 475, Dr. Everaldo de Sousa Martins.



Fonte: Cartilha turma da beira do território indígena de Alter do Chão, 2021.

De acordo com Rodrigues e Pinho (2021) hoje, o espaço de Alter do Chão tem uma nova caracterização e passa por um processo de disputa e transformação do território, o qual existe entre a pressão de interesses econômicos (redes hoteleiras, turismo predatório, empreendimentos imobiliários, pressão por verticalização etc.) vindos de fora e a luta do povo Borari em defesa do seu território e de seus modos de vida. Por conta das novas dinâmicas socioeconômicas, Alter do Chão passou a conviver em um contexto muito mais urbano que rural. A população, antes marcada em sua maioria por nativos, é composta hoje também por pessoas de outros municípios, estados e de outros países. O turismo tornou-se base principal da economia e, ao longo do tempo, foi absorvendo a população nativa para trabalhar no setor hoteleiro, gastronômico, nas agências de turismo ou de maneira autônoma, na oferta de produtos e serviços, nas barracas na praia, doces, comidas regionais, no atravessamento de pessoas nas catraias⁴, lojas de artigos de banho e de artesanato (Figura 5).

⁴ Catraia é pequeno barco tripulado pelo catraieiro; canoa que transporta os turistas em Alter do Chão.

Figura 5: Atividades econômicas desenvolvidas em Alter do Chão.

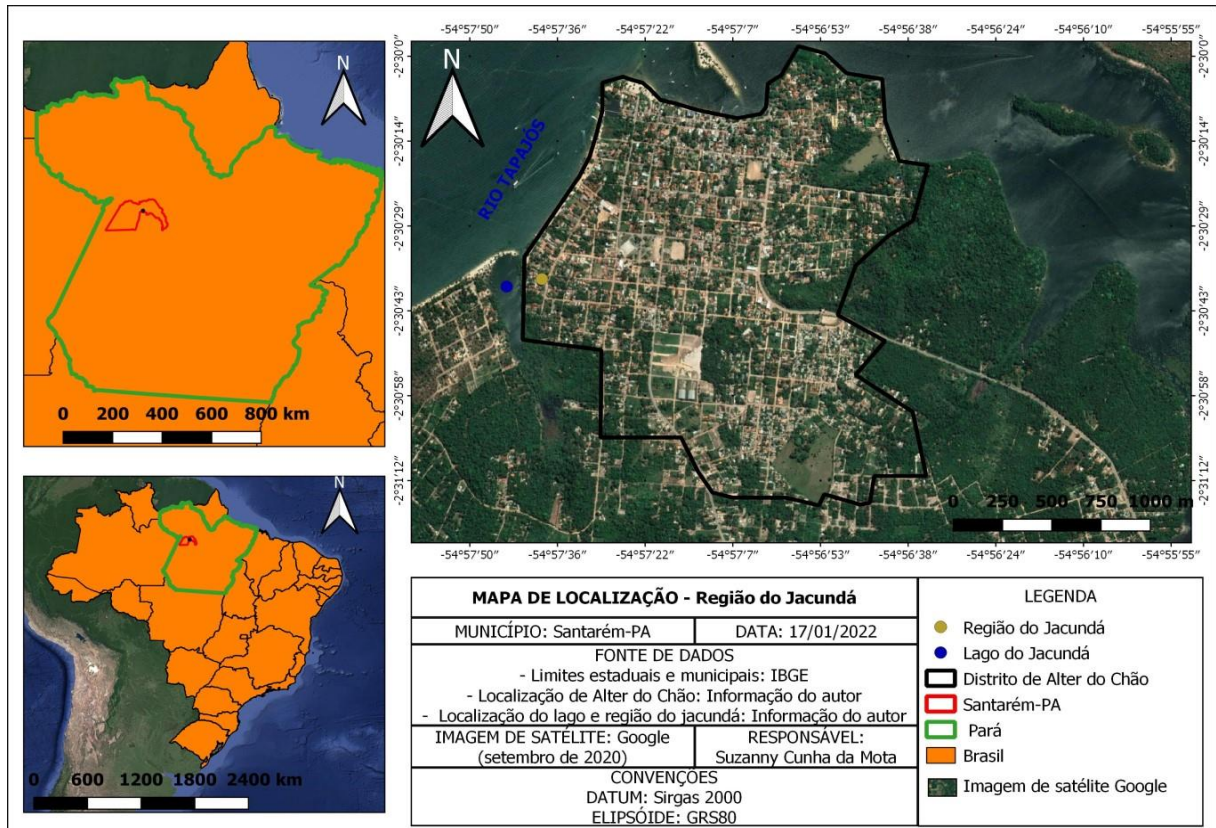


Fonte: G1 Santarém, 2019.

Conforme comentado por Maduro (2018) a organização e distribuição das terras pelos Borari de Alter do Chão sempre se baseou em princípios dos direitos consuetudinários e não nos direitos positivados do Estado. Os direitos consuetudinários historicamente deram conta de reger toda a dinâmica da organização e divisão territorial de Alter do Chão. Os limites das propriedades nunca precisaram ser delimitados por cercas ou muros pois sempre existiram terras suficientes para todos. Essa forma de organização do território, “desprendida” dos documentos de posse, chamou a atenção de um empresário que, valendo-se de informações privilegiadas sobre a situação documental dos terrenos (ele trabalhava no setor de terras da prefeitura de Santarém), passou a reivindicar uma grande área de terra que historicamente é ocupada por famílias Borari de Alter do Chão. A reivindicação da propriedade da área denominada de “*Jacundá*”⁵ se iniciou no ano de 1997, no mesmo ano em que o empresário começou a trabalhar no Setor de Terras da prefeitura de Santarém, como descrito em um documento intitulado de “Dossiê *Jacundá*”, elaborado por moradores de Alter do Chão e entregue por estes para algumas autoridades dos poderes legislativo, executivo e judiciário de Santarém (Figura 6).

⁵ *Jacundá* é um peixe comum nos lagos e igarapés de Alter do Chão, pela abundância dessa espécie em um lago localizado na extremidade oeste da vila, acabou dando nome a este lago. O nome do lago, por sinal, influenciou a denominação de toda a região que o circunda.

Figura 6: Mapa de localização da Região do Jacundá no Distrito de Alter do Chão.



A pressões fundiárias sobre Alter do Chão faz surgir a necessidade de definir limites territoriais. A identificação e demarcação das terras indígenas Borari teve início em 30 de setembro de 2003, junto a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Ministério Público como relatou a cacique Ludinéia Lobato Gonçalves Dias:

“O povo Borari não tinha direito oficial de registro e devido a luta pelo território, a invasão desordenada do território de Alter do Chão, teve que se assegurar perante o governo federal e a única saída com garantia legal foi ir buscar o reconhecimento em Brasília, junto a sexta câmara onde faz o registro, no Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que reconheceu o povo Borari de Alter do Chão. Porém antes de ir para Brasília, os indígenas Borari foram para Itaituba que era onde tinha a regional da FUNAI que abrangia tudo que vai de Itaituba para cima. Em Santarém não tinha regional da FUNAI, só tinha em Belém, foi então que os indígenas do baixo Tapajós buscaram e conseguiram um regional da FUNAI para Santarém. Então foi feito o reconhecimento, a identificação e a delimitação do território indígena Borari pela Funai regional de Santarém. Foi realizado estudo antropológico em Alter do Chão. A luta pelo autorreconhecimento em 2003, porém só foi aprovado o autorreconhecimento em 2008. Já a delimitação do território ainda se encontra em andamento junto a Funai”.

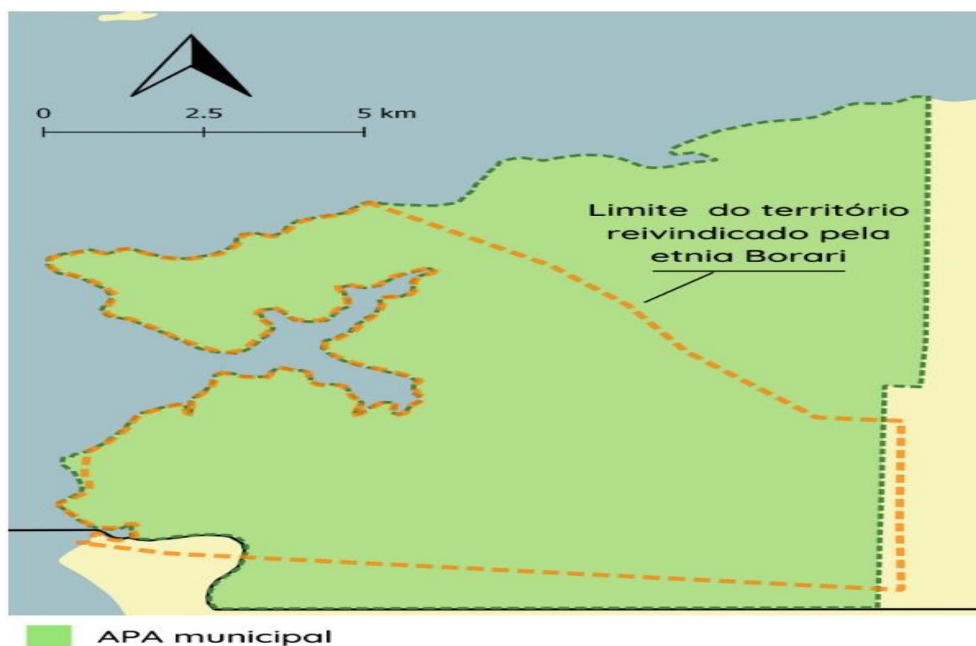
Segundo Maduro (2008) a afirmação pelo reconhecimento étnico dos indígenas

Borari:

No caso dos Borari de Alter do Chão, a afirmação da identidade indígena e a reivindicação junto ao Estado do reconhecimento dessa condição étnica se deu como estratégia que visa, entre outros motivos, garantir a posse do território que historicamente ocupam. Assim, em 2003, um grupo de moradores solicitou da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a demarcação de seu território e o reconhecimento como grupo socioculturalmente diferenciado. A emergência étnica desses grupos tem gerado discussões nas últimas décadas pois as atitudes de afirmação da identidade indígena desses grupos têm desconstruído os discursos que negam a existência de uma categoria de indígena “assimilado”, e entendem que só é indígena aquele indivíduo “primitivo e puro”. Essa concepção de viés essencialista, que estigmatiza o indígena “puro” como aquele portador de elementos culturais inalteráveis, ganha contornos de criticidade pois os indígenas da contemporaneidade não são os mesmos da América pré-colombiana e nem por isso deixam de ser indígenas. (MADURO, 2018).

Os primeiros trabalhos de reconhecimento e os estudos preliminares ocorreram em 2004. Mas apenas em 2008, por meio da Portaria FUNAI/MJ nº 776, passaram a acontecer os estudos de identificação e delimitação da terra indígena Borari de Alter do Chão (Figura 7). Houve algumas tentativas de expulsão dos moradores à força, a pedido do empresário, e até mesmo um confronto direto que feriu um dos nativos à bala. Em 2003, após várias denúncias feitas à justiça, foi reconhecido que a documentação apresentada pelo empresário era irregular e a área foi novamente concedida aos moradores que haviam sido expulsos. Após a situação de luta pela área e observando as investidas do mercado imobiliário, os moradores de Alter do Chão viram a necessidade de organizar estratégias em defesa do território e fazer isso através da autoidentificação étnica. A decisão de assumir a etnicidade se deu também pelo processo de consolidação do Movimento indígena na região do Baixo Tapajós e de autoafirmação de outras aldeias da região (RODRIGUES e PINHO, 2021).

Figura 7: Território reivindicado pela etnia Borari de Alter do Chão.



Fonte: Cardoso (2021).

A Constituição de 1988, destaque ao artigo 231 reconhece os direitos dos indígenas:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Em 2009 Alter do Chão foi eleita uma das praias de água doce mais belas do Brasil, conforme já mencionado, dando grande visibilidade para o turismo e atraindo milhares de turista para região. Segundo Maduro (2018), a divulgação da imagem de Alter do Chão no exterior foi ainda maior após, em 2009, o jornal britânico *The Guardian*. Na matéria assinada por Tom Phillips, correspondente do jornal no Brasil, Alter do Chão é descrita como a melhor praia do Brasil:

A melhor praia do Brasil não é no Rio de Janeiro ou no nordeste banhado pelo sol. Não é nem na costa. Está em um rio no coração da floresta amazônica. Cerca de 30 km da cidade de Santarém, Alter do Chão é a resposta da selva para o Caribe. Escondida na selva, Alter do Chão é o lugar perfeito para relaxar: você pode relaxar nas praias fluviais da manhã, devorar um peixe grelhado à tarde e se refugiar em uma das muitas pousadas charmosas da região a noite. As pessoas costumam chamar a Amazonia úmida e densa de "inferno verde". Alter do Chão é o seu paraíso de ouro (PHILLIPS, 2009).

Em 2021 Alter do Chão recebe o título de melhor destino turístico Nacional no XXXI Prêmio UPIS de Turismo, escolhida através de votos dos participantes da enquete no qual 97,55% dos votos foram para Alter do Chão (Figura 8).

Figura 8: Alter do Chão.



Fonte: Secretaria de Turismo do Pará, 2021.

Devido ao aumento da importância turística de Alter do Chão, após o distrito ter sido escolhido o “Caribe brasileiro”, houve significativo aumento da especulação imobiliária no local (Figura 9). Segundo Rodrigues e Pinho (2021) o interesse de pessoas de outros lugares para morar em Alter do Chão, lugar rico em biodiversidade, clima agradável e com suas lindas praias cristalinas, contribuiu muito para que o mercado imobiliário pudesse se consolidar e favorecer o aumento acelerado de habitantes. Nos dias de hoje, Alter do Chão dispõe de oferta de vendas de lotes, apartamentos e casas de veraneio as margens do rio Tapajós. Cada vez mais existe uma pressão de compras de terreno para lançamentos imobiliários e casas de veraneio, tanto na parte consolidada de Alter do Chão, quanto ao longo da rodovia que conecta à sede municipal. A proximidade com a sede é um dos fatores que gera essa atração para a área.

Figura 9: Propaganda de vendas de apartamentos por imobiliária.



Fonte: Yuri, 2020.

Em setembro de 2019 Alter do Chão foi alvo de incêndios sobre áreas de proteção ambiental (Figura 10). Segundo matéria da Folha de São Paulo⁶, o Ministério Público Federal suspeita que um dos focos dos incêndios tenha começado em área invadida por grileiros nas margens do Lago Verde, em uma região conhecida como Capadócia. A área foi alvo de ocupações irregulares, quando tentaram erguer no local um loteamento privado. Nas margens do rio Tapajós, a área de proteção ambiental tem 86% da sua área coberta pela floresta e pelo cerrado amazônico, bioma considerado fundamental para o ecossistema da região. Ao todo, o fogo consumiu uma área equivalente a 1.600 campos de futebol e levou 4 dias para ser debelado por brigadistas e bombeiros (Figura 11). Além da pressão sobre a área de proteção ambiental, Alter do Chão também enfrenta uma disputa no campo legislativo em torno da flexibilização das regras para construções no local.

⁶ Folha de São Paulo: Alter do Chão vive pressão imobiliária em áreas de proteção ambiental. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/alter-do-chao-vive-pressao-imobiliaria-em-areas-de-protecao-ambiental.shtml>

Figura 10: Incêndio em Alter do Chão em setembro de 2019.



Fonte: Eugênio Scannavino, 2019.

Figura 11: Área atingida pelo fogo em setembro de 2019.



Fonte: Globo News, 2019.

Em seguida segue o quadro 1 sobre a cronologia de Alter do Chão para melhor entendimento dos textos citados anteriormente.

Quadro 1: Cronologia da história de Alter do Chão.

1626	Chegada dos Jesuítas e a mudança de Aldeia para Missão de Nossa Senhora da Purificação.
1758	O território foi elevado à categoria de Vila e obteve o nome de Alter do Chão.
1974	Construção da Rodovia PA 457 – Dr. Everaldo de Sousa Martins. Início das transformações socioespaciais de Alter do Chão.
1980	Integração e consolidação do turismo como principal base da economia de Alter do Chão.
1997	Alteração do calendário do Sairé e inclusão do Festival dos Botos por influência do mercado turístico.
1997	Início dos conflitos de terra entre os nativos de Alter do Chão e empresários, com o caso da área do Jacundá.
2003	O processo de autoidentificação étnica do povo Borari e solicitação de demarcação da Terra Indígena Borari à FUNAI em Brasília.
2004	Os primeiros trabalhos de reconhecimento do Povo Borari e estudos preliminares de identificação e delimitação da terra indígena pelo Grupo de trabalho 776 da FUNAI.
2008	Entrega do relatório circunstanciado de identificação e delimitação “Terra Indígena Borari de Alter do Chão”.
2009	Alter do Chão e eleita entre as 10 melhores praias de água doce do Brasil pelo Jornal Britânico The Guardian e o aumento do assédio sobre o território tradicional.
2016	1ª Edição da amostra de Arte Indígena do Tapajós – MUTAK, que na língua indígena Nheengatú significa Mukameêsawa Tapajowara Kitiwara (MUTAK).
2017	Apresentação do Projeto de Lei 1621 /2027, e a tentativa de alterar a legislação urbanística de parcelamento, uso e ocupação do solo para permitir a verticalização de grande parte da área central e a Vila de Alter do Chão.
2019	Focos de incêndios florestais em Alter do Chão criminalização de brigadistas e a pressão de grileiros na área da Capadócia.

Fonte: Adaptado de Rodrigues e Pinho, 2021.

1.2 – Sobre a AIBAC

A Associação indígena Borari de Alter do chão – AIBAC, foi fundada no dia vinte e nove de janeiro de 2008. Uma organização de direito privado dos povos indígenas sem fins lucrativos de duração indeterminada, regida pelo estatuto criado pelo próprio povo, legalizada e registrada nos órgãos competentes. A AIBAC luta pela autonomia dos indígenas Borari. A palavra autonomia é definida como: “Autonomia é uma palavra oriunda do grego, e que designa uma realidade político-social concretizada pela primeira vez através da pólis grega, significa, singelamente o poder de uma coletividade se reger por si próprio por leis próprias.” (SOUZA, 2000).

A sede da AIBAC está localizada na rua Firmino Bagata, número 540 no bairro centro (Figura 12, 13, 14 e 15). O atual presidente da AIBAC é o senhor João Pedro Gonçalves Dias.

Figura 12: Mapa de localização da AIBAC.

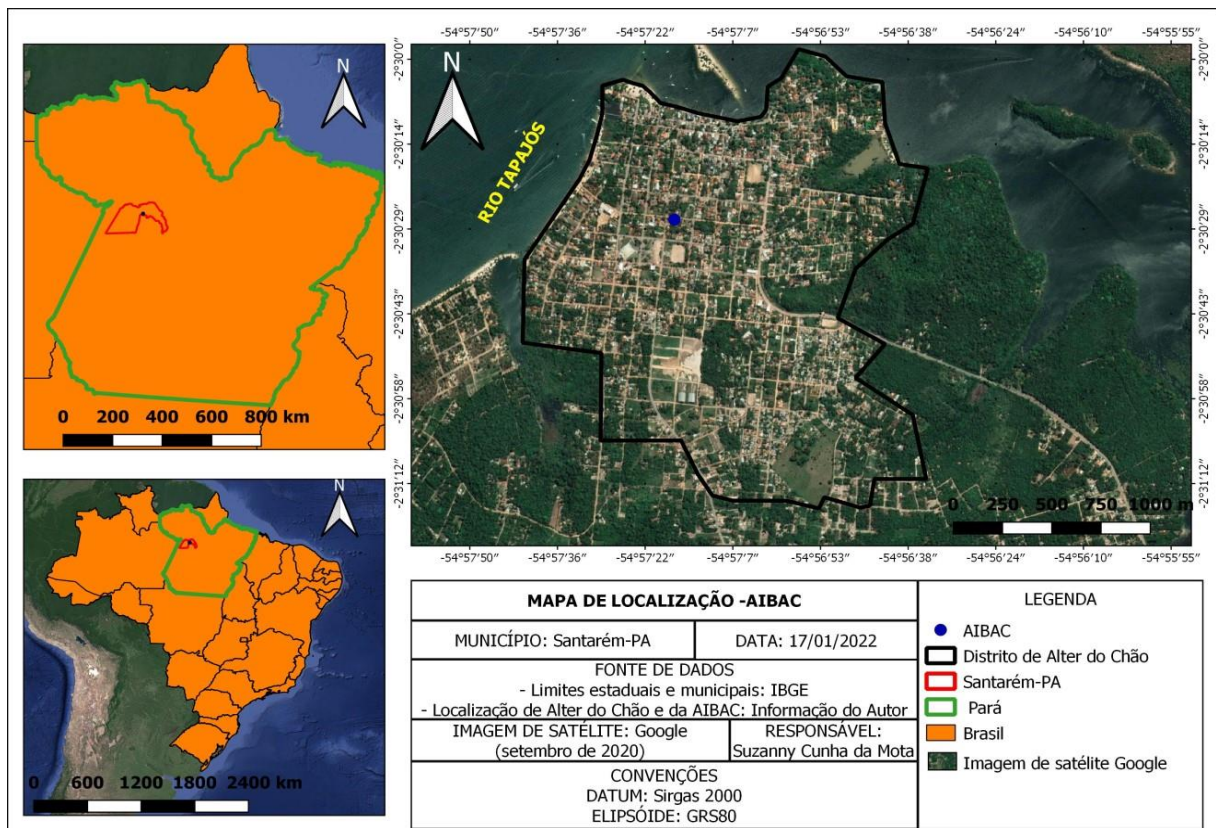


Figura 13: Logomarca da AIBAC.



Fonte: AIBAC, 2020.

Figura 14: Entrada da Associação Indígena Borari.



Fonte: Trabalho de campo da autora, 2021.

Figura 15: Área interna da Associação Indígena Borari.



Fonte: Trabalho de campo da autora, 2021.

Os indígenas Borari em busca de maior desenvolvimento para seu povo criaram a AIBAC (Associação Indígena Borari de Alter do Chão), como uma forma de perante o Estado brasileiro estar respaldado na luta pelos seus direitos legais e isso contribui para o desenvolvimento desta coletividade. O desenvolvimento está contido na conceituação de autonomia conforme citado por Souza:

Autonomia constitui a base do desenvolvimento, este encarado como o processo de auto instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo, não raro doloroso, mas fértil, de discussão livre e “racional” por parte de cada um dos membros da coletividade acerca do sentido e dos fins do viver em sociedade, dos erros e acertos do passado das metas materiais e espirituais, da verdade e da justiça (SOUZA,2000).

A AIBAC foi fundada para buscar os direitos privados dos indígenas Borari de Alter do Chão, onde eles buscam pela autonomia coletiva:

Se refere à existência de instituições sociais que garantam, precisamente, essa igualdade efetiva – em outras palavras, uma igualdade que não é somente ou basicamente formal – de oportunidade aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito particularmente, para a participação em processos decisórios concernentes à regulação da vida coletiva (SOUZA, 2012).

A finalidade da AIBAC, conforme seu estatuto, é:

- Promover o desenvolvimento e a defesa dos patrimônios em sua jurisdição, ambientais e culturais dos Povos Indígenas Borari de Alter do Chão;
- Promover o desenvolvimento de atividades sócias econômicas que resultam em benefício coletivo a todos os moradores da Aldeia Borari de Alter do Chão;
- Defender os direitos do povo indígena Borari de Alter do Chão, junto aos Órgãos Públicos e Privados;
- Promover e desenvolver intercambio e projetos com Instituições Nacionais Governamentais e não Governamentais; e Instituições Internacionais;
- Respeitar os acordos firmados e que porventura virem a ser firmados, na defesa da área da Terra Indígena Borari de Alter do Chão;
- Fazer parceria com outras organizações, na realização de promoções, na luta por objetivos comuns, e para disponibilizar a comunidade e aos comunitários o acesso e participação em programas e atividades de educação ambiental, desenvolvimento de práticas sustentáveis de uso de recursos naturais de treinamento em geral e para profissionalização, de atenção preventiva do meio ambiente, a saúde e a cidadania para qualidade de vida.
- Desenvolver programas de auto-sustentação econômicas em parceria com as organizações Indígenas Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) e Grupo Consciência Indígena (GCI);
- Incentivar as organizações comunitárias, o trabalho associativo, a solidariedade, o cuidado e o zelo pelo bem comum, pelo patrimônio paisagístico, o laser e o resgate da cultura popular, bem como realizar promoções objetivando a interatividade social e para buscar recursos necessários ao cumprimento dos objetivos sociais;
- Levantar financiamentos junto as instituições financeiras bancárias, visando melhor desenvolver os projetos, assim como enviar projetos para levantamento de recursos junto a entidades nacionais e estrangeiras;
- Representar os seus associados junto ao poder público, propondo e sugerindo medidas que atendam os interesses deles;
- Celebrar convênios e acordos com entidades ou profissionais liberais, no sentido de oferecer aos associados serviços que os auxiliem na consecução dos seus objetivos;

- Ajudar e contribuir para efetividade e qualidade dos serviços públicos de conservação ambiental, limpeza, educação para fortalecimento da economia local e regional, para melhoria da renda familiar, para eliminação da pobreza para o desenvolvimento sustentável da região;
- Criar intercambio com outras associações, propor ações administrativas ou judiciais na defesa do meio ambiente e paisagens notáveis, do patrimônio histórico e cultural e das conservações das propriedades agrícolas.

A diretoria da AIBAC é constituída por seis membros efetivos: pelo presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro, primeiro diretor cultural e de assuntos comunitários e segundo diretor cultural e de assuntos comunitários. A diretoria é eleita por dois anos, sendo permitida a reeleição para mais um mandato. A diretoria reunia-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que for convocada pelo respectivo presidente. A administração possui três órgãos: assembleia geral, diretoria executiva e conselho fiscal.

A eleição para constituição de nova diretoria realiza-se trinta dias depois da prestação de contas da diretoria anterior, e o mandato da diretoria será de imediato, tomando posse no mesmo dia da eleição após a apuração de votos. A diretoria pode ser reeleita, total ou parcialmente, para apenas um mandato. São considerados membros aptos para participarem das eleições aqueles que tiverem quites com as obrigações perante a entidade. Não é permitido voto por procuração ou delegação. O voto é direto, secreto e facultativo. Em caso de registro de apenas uma chapa, será realizada uma consulta aos membros associados, que deverá contar com o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) de associados, que dependerá da aprovação para haver aclamação dessa chapa. No período anterior às eleições, com no mínimo trinta dias de antecedência, será escolhida uma Comissão Eleitoral, composta de Presidente, mesário, um secretário, que ficará responsável pela organização e fiscalização do processo eleitoral, garantida sua confiabilidade e transparência.

De acordo com o Estatuto, a missão da Associação Indígena Borari de Alter-do-Chão é fortalecer a organização das mulheres, jovens e homens associados, para busca da garantia dos direitos dos povos indígenas e proteção do seu território, garantindo assim autonomia coletiva desse povo, que segundo Souza(2013) a autonomia coletiva compreende tanto a auto instituição lúcida da sociedade, em que os fundamentos das “leis” não é metafísico, mas sim a vontade consciente de homens e mulheres, quanto a existência de instituições

garantidoras de um acesso realmente igualitário ao processo de tomada de decisão sobre os assuntos de interesse coletivo.

A Associação possui quatro núcleos que são as divisões coletivas de trabalho, sendo eles: núcleo do artesanato, núcleo dos homens, núcleos de crianças e o núcleo das mulheres Sapu Borari. Neste trabalho o foco é o núcleo das Mulheres Sapu Borari (Sapu significa raiz), composto atualmente por 93 indígenas Borari de Alter do Chão. O espaço que funciona a associação é fruto da doação da Ong Ambiental Vila Viva que ao encerrar sua atividade em Alter do Chão, doaram o lugar para funcionamento da AIBAC.

Sapu Borari, o núcleo de mulheres da AIBAC, significa Raiz Borari. Através das rodas de conversas, formação e participação em intercâmbios e encontros. É fortalecido o conhecimento das mulheres na gestão territorial sobre seus direitos, educação, saúde e cultura.

As mulheres indígenas são protagonistas na busca incessante pelos seus direitos conforme citado a seguir:

Ao mesmo tempo em que passam a participar das discussões e das campanhas reivindicatórias mais gerais dos indígenas com o Estado brasileiro (como o direito territorial; o direito à saúde; o direito à educação escolar adequada; o direito a um ambiente saudável; o direito ao controle e à autodeterminação sobre os recursos naturais e à biodiversidade localizada nos seus territórios; o direito à proteção e ao apoio dos órgãos do Estado de defesa dos direitos humanos), as mulheres indígenas trazem novas pautas e preocupações. Enriquecem o debate interno do movimento, trazendo para o coletivo as avaliações e demandas dos espaços específicos em que atuam como mulheres. A violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a saúde reprodutiva, a soberania alimentar, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos, entre outros temas, são inseridas pelas mulheres indígenas no seio do movimento indígena e nos espaços de debate e decisão de políticas públicas. (VERDUM, 2008)

A Associação indígena Borari, desde a sua fundação, contribuiu para que os indígenas Borari conseguissem ganhos de autonomia com o direito a seguridade social (aposentadoria) para os idosos indígenas, além de atendimento médico através da Secretaria especial de saúde indígena (SESAI). Na área da educação eles estão lutando para trazer para Alter do Chão o Ensino Médio por não possuir nenhuma escola que ofereça esse nível de ensino

A principal luta pela autonomia dos Borari é a demarcação do seu território. Até os dias de hoje está em análise a demarcação e a criação da terra Indígena Borari em Alter do Chão. Diante dessa demanda destaca-se que as mulheres indígenas Borari tem importância fundamental na luta por autonomia, pois sempre estiveram à frente das mobilizações políticas do povo indígena Borari de Alter do Chão.

A chegada da pandemia da covid-19 mudou a rotina das atividades na AIBAC que tiveram que parar suas tarefas em março de 2020 devido à morte da grande liderança indígena

Borari, a anciã Luzia Lobato Borari. Este foi o primeiro registro de morte por covid-19 do estado do Pará – nesse momento, foi decretado Lockdown em Alter do Chão.

CAPÍTULO II- AS CARACTERÍSTICAS DAS PRÁTICAS ESPACIAIS REALIZADAS PELA AIBAC

2.1 – As práticas espaciais da AIBAC: as ações sociais

As práticas espaciais são todas as ações praticadas pela sociedade no seu espaço. Segundo Corrêa (2003) as práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução.

A AIBAC realiza práticas espaciais com foco na ação social, para que seus anseios sejam atendidos pelo Estado brasileiro. Segundo Souza (2013) todas as práticas espaciais são sociais. Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a “lugaridade” ...) é um componente nítido e destacado da forma de organizado, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social, é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais.

A AIBAC foi fundada para que os indígenas Borari saíssem do anonimato e assegurassem os seus direitos junto ao Estado e assim conseguirem o reconhecimento étnico junto a FUNAI e a demarcação do seu território, com a homologação dos processos das terras indígenas junto ao Estado brasileiro. Além de implantar projetos culturais e econômicos em parceria com diversas entidades estaduais e municipais para capacitar e gerar renda para os indígenas Borari. Segundo Souza (2013) a ação social é:

Independentemente dos conteúdos das ações e relações (conflito, acordo etc.), é que os participantes confirmam um sentido ou significado as suas ações, no contexto de relações entre indivíduos no interior de uma sociedade ou de um grupo social determinado, ainda que esse sentido possa variar e frequentemente varie de indivíduo para indivíduo. A ação social sempre é voltada, de acordo com Weber, para outros indivíduos, seja direta ou indiretamente, quanto as relações sociais, constituem elas uma trama formada pelas ações (sociais) dos múltiplos agentes; são, por assim dizer o resultado compartilhado das ações individuais. Na ação do tipo que Weber entende como sendo propriamente social, a conduta do agente é necessariamente orientada pela conduta de outro ou de outros agentes, na base da atribuição de um sentido a ação. (SOUZA,2013).

A AIBAC busca sua *territorialização* lutando pela demarcação de seus territórios, seu reconhecimento na sociedade, direito a prestação de serviços assistências pelo Estado brasileiro, a educação, a saúde, previdência social. Essas são as principais causas que eles reivindicam e que poucas pessoas sabem o tamanho da organização e da união desse povo que

ocorre em seus espaços de vivência. Trazendo um exemplo de como a sociedade em geral pode se organizar e lutar pelos seus direitos.

Na educação a AIBAC junto com a comunidade busca pela implementação do ensino médio em Alter do Chão, sendo que já possuem creche, ensino fundamental 1 e 2 na vila. Na saúde eles são assistidos pela FUNAI, assim quando algum indígena Borari precisa de atendimento médico eles são encaminhados para Santarém. Através do judiciário da AIBAC os indígenas Borari conseguiram junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a aposentadoria para aqueles que tinham direito e a licença maternidade para as indígenas Borari. Aqui ocorre a *lugarização* e uma *prática espacial de reforço de identidade*.

As associações formam a base dos principais conceitos que sustentam perspectivas alternativas ou renovadoras da democracia, seja por desempenharem funções de cooperação com os governos, por ampliarem espaços de representação política e/ou contestarem padrões culturais e institucionais. Os conceitos de capital social, sociedade civil e de movimentos sociais podem ser apontados como referências centrais nestas diferentes concepções teóricas que relacionam o associativismo com os processos de ampliação e de aprofundamento da democracia. (ALMEIDA et.al., 2012).

A Associação indígena Borari vem conquistando espaço na sociedade por meio da luta por seus direitos e da criação de projetos que visam a melhoria de vida do povo indígena Borari de Alter do Chão e isso constitui a consolidação de *rede econômica alternativa*.

Atualmente a Prefeitura Municipal de Santarém repassa uma ajuda de custo para alguns membros que fazem parte da diretoria da associação, que trabalham na limpeza e conservação do espaço da AIBAC nos dias de terça e quinta para não deixar o espaço sem atividade. Nesses dias da semana acontece o puximum (dia da limpeza coletiva) e as reuniões semanais ocorrem no espaço Centro Cultural Oca do Saber Borari para articulações, planejamentos com os associados em horários diferentes para não ter aglomeração e seguindo todos os protocolos da vigilância sanitária.

As estratégias traçadas para organização da Associação acontecem nos encontros presenciais semanais nos dias de terça e quinta, momentos em que são tratadas as questões das problemáticas indígenas, sobre a organização da Associação em seus projetos e sobre a proteção de seu território. Essas práticas espaciais são uma *lugarização*. No início de cada encontro são repassadas informações sobre saúde, educação (sobre os estudantes universitários Borari que estão na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA) é o momento de eles realizarem a mobilização para algumas atividades nas aldeias. Todos os encontros aconteceram no espaço

Centro Cultural Oca do saber Borari (Figura 16). As associações denunciam injustiças e tencionam as relações, os padrões e os poderes tradicionais. Os movimentos sociais são aqui os sujeitos centrais. As associações também são valorizadas por desempenharem um papel central na participação em estruturas estatais que foram desenhadas, tendo em vista a incorporação da população em processos de discussão e de definição de políticas públicas e governamentais (ALMEIDA et.al., 2012).

Figura 16: Espaço Centro Cultural Oca do Saber Borari.



Fonte: Trabalho de campo da autora, 2021.

Além da AIBAC, Alter-do-Chão possui outras associações indígenas que buscam por seus direitos. Hoje os Borari têm quatro caciques, a Sra. Ludineia Lobato, Sra. Fabiana, Sr. Maduro e o Sr. Dengo. A cacique Ludineia Lobato (Neca Borari) sempre esteve à frente dos movimentos que lutavam pelos direitos e visavam a melhoria de vida do povo Borari.

Os povos originários do Brasil e do mundo vivem em um cenário de violação de seus direitos, entre invasão de seus territórios, negação de suas identidades e ausência de políticas diferenciadas pelo Estado, o que não é muito diferente do território Borari. Por esse motivo, os indígenas utilizam as expressões culturais com a finalidade de ação política e, ao

mesmo tempo, de proteger a memória, valorizar os saberes seculares que carregam em suas histórias e fortalecer suas ancestralidades (RODRIGUES, 2016).

A AIBAC vem criando projetos para movimentar a comunidade indígena Borari, uma vez que com o passar dos tempos se torna preciso fazer capacitação, promover curso para aperfeiçoamento e aprendizado da comunidade já que avanços tecnológicos em nossas vidas vem se acelerando ao longo dos anos, e assim surgiu a necessidade de reestruturação e capacitação. Criando assim um conjunto de ações integradas pelo desenvolvimento econômico e constituindo assim, uma *rede econômica alternativa*, sustentável e fortalecendo a cultura indígena Borari.

A relação dos indígenas Borari com a AIBAC busca a interação do espaço através do social, do econômico e do cultural. Em Alter-do-Chão a FUNAI faz acompanhamento dos indígenas Borari, através do preenchimento de fichas contendo os dados de todos os indígenas Borari que associados na AIBAC. Através do Sistema de informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASE) foi realizado todo cadastramento para que ocorresse a vacinação contra o Covid-19, sendo que os indígenas Borari que fazem parte da AIBAC já receberam a primeira e a segunda dose da vacina.

Devido a pandemia do Covid-19, a AIBAC teve que alterar suas atividades e os seus projetos. Com apoio da FUNAI, desde maio de dois mil e vinte, a associação passou a receber ajuda com cestas básicas para serem distribuídas para indígenas Borari que são associados. Em dois mil e vinte eram 143 indígenas associados, atualmente são 243 indígenas associados no total de 80 famílias.

Durante a pandemia a associação realizou um projeto direcionado para as mulheres indígenas Borari. A AIBAC criou o projeto “As Sapú Borari são Kunhã Kirimbáwa na busca pela saúde de seu povo” que foi apoiada pelo Fundo Socioambiental – Casa. O projeto foi executado de junho a setembro de 2020.

Devido ao *Lockdown* decretado em Santarém, Alter do Chão ficou fechada para visita de turistas. como a grande maioria das famílias indígenas Borari não possuem renda fixa e devido a invisibilidade junto a SESAI que não teve nenhuma proposta com ações específicas de auxílio emergencial para o povo indígena Borari, a AIBAC teve a iniciativa de criar o projeto mencionado.

O projeto teve como objetivo capacitar agentes comunitários para trabalharem durante a pandemia do covid-19. Pretendendo ajudar na organização da comunidade indígena Borari no combate a pandemia do Coronavírus por meio da capacitação de agentes voluntários indígenas, os quais trabalharam na detecção e monitoramento da saúde das famílias indígenas

Borari, assim como na situação socioeconômica e de possível vulnerabilidade que estas poderiam se encontrar e assim prestar apoio na questão de alimentação básica e no avanço do contágio por covid-19.

O projeto contou com agentes voluntários indígenas devidamente treinados para atuarem junto com a comunidade indígena Borari de Alter do Chão na prevenção do contágio do covid-19. Os agentes voluntários indígenas se organizaram para efetuarem as visitas às famílias da comunidade. As visitas presenciais foram realizadas cumprindo todas as normas sanitárias e foram obtidos dados e informações que foram repassadas para a SESAI de acordo com a necessidade de cada família. Assim, famílias em vulnerabilidade com necessidade de alimentação básica foram imediatamente atendidas.

O projeto além de fornecer cestas básicas, contratou costureiras indígenas para que fossem confeccionadas máscaras de proteção, que foram distribuídas para as famílias assistidas pelo projeto, movimentando a economia local. Para que o projeto fosse executado, os agentes voluntários enfrentaram muitos obstáculos, como a resistência de alguns indivíduos dentro da comunidade a respeito das medidas de proteção e isolamento/distanciamento social para que o contágio fosse contido em Alter do Chão. A falta de equipamentos de segurança para os agentes foi outra dificuldade enfrentada por conta da escassez de equipamentos na região devido à grande procura que a pandemia da covid 19 gerou.

2.2 – As práticas espaciais da AIBAC: as ações culturais

Os povos originários do Brasil e do mundo vivem em um cenário de violação de seus direitos, entre invasão de seus territórios, negação de suas identidades e ausência de políticas diferenciadas pelo Estado, o que não é muito diferente do território Borari. Por esse motivo, os indígenas utilizam as expressões culturais com a finalidade de ação política e, ao mesmo tempo, de proteger a memória, valorizar os saberes seculares que carregam em suas histórias e fortalecer suas ancestralidades (RODRIGUES e PINHO,2019).

A Constituição Federal de 1988 pode ser entendida como um marco na mudança dos processos jurídicos voltados para as populações indígenas do Brasil. O texto da constituição que trata sobre os “índios” é resultado de intensas mobilizações do movimento indígena ao longo de todo seu processo de elaboração de direitos e trouxe elementos que buscam romper com o caráter marcadamente integracionista e assimilacionista das constituições anteriores, contemplando aspectos que viriam a ser balizadores para a criação de todo um arcabouço

jurídico voltado ao atendimento das demandas indígenas no que tange, principalmente, a proteção de sua diversidade linguística e cultural (MADURO, 2018).

As práticas espaciais culturais dos povos indígenas Borari remetem a seus antepassados. Segundo Dias (2019) na trilha seguida pelos Borari, que não é linear e nem poderia ser, contamos com registros de missionários, naturalistas, historiadores, antropólogos e outros que se debruçaram para registrar e descrever modos, costumes, trabalhos e vida desses povos que em cada etapa de sua formação receberam um tipo de olhar e tratamento nas tintas e nas narrativas de seus observadores. Por isso, é necessário pensar em uma narrativa que procure desvelar as persistências e os fluxos desses povos e sua relação de pertencimento com o lugar, evitando-se os preconceitos e as determinações históricas, geográficas e sociopolíticas. Com um olhar nessa direção, a dinâmica em Alter do Chão pode ser compreendida em um agitado quadro iniciado pelo trabalho dos jesuítas a partir dos aldeamentos, pela instituição do Diretório dos Índios, pelo movimento da Cabanagem, e por fim, pelo movimento indígena que está em curso no sentido de fortalecer a identidade cultural dos Borari.

Durante anos, o povo Borari vem contribuindo de forma significativa com o crescimento e a valorização da cultura local através de iniciativas como o Festival do Sairé, o Festival Borari, participação em feiras culturais, criações musicais com temas regionais, criação do Grupo de dança como Cheiro do Sairé dentre outras. Outro elemento de grande importância, que surge como um dos principais símbolos de resistência, chama-se carimbó. Além de gênero musical, é um movimento político de luta do povo Borari que reúne reverência aos mestres e mestras da arte popular, a força no batuque do curimbó e a tradição no bailado daqueles e daquelas que manifestam a ancestralidade dos povos da Amazônia (RODRIGUES e PINHO, 2019).

Segundo Maduro (2018) o Festival do Sairé é uma manifestação cultural de cunho profano e religioso da vila de Alter do Chão que remonta ao século XVII. De origem indígena, foi ao longo dos tempos assimilando elementos da cultura europeia, sobretudo, elementos do catolicismo, sob a influência dos padres Jesuítas que circularam pela Amazônia no período colonial, que passaram a categorizar a festa do Sairé como festa de Santo. Tem como símbolo um semicírculo de cipó, coberto por algodão e fitas coloridas, trazendo em seu interior três cruzeiros que representam, dentro da tradição católica apostólica romana, a Santíssima Trindade, e em sua extremidade uma cruz que representa, dentro da mesma tradição, a figura de Deus. A festa foi proibida de ser realizada, na década de 1940, permanecendo renegada por trinta anos, retornando na década de 1970, não mais com a conotação de festa de Santo, mas como festival folclórico (Figura 17).

Figura 17: Festa do Sairé, procissão religiosa, a Saraipora⁷ conduz o Arco do Sairé símbolo maior da manifestação folclórica que une o profano e o religioso.



Fonte: G1 Santarém, 2019.

O Sairé passou a ser realizado durante a segunda semana de julho de cada ano, separado das comemorações em homenagem à padroeira da vila, em janeiro. O desenvolvimento da atividade turística em Alter do Chão contribuiu para o resgate do Sairé. Desde 1997 houve uma nova mudança de data. Ao invés de julho passou para setembro, em razão da força do verão amazônico.

A importância socioeconômica da festa tem fundamental relevância, pois aliada às belas paisagens naturais da região, constitui-se em atrativo turístico que se reverte em fonte de renda para a vila e para Santarém. Durante a realização deste evento, circulam pelo balneário cerca de 100 mil pessoas (FERREIRA, 2008).

Nos últimos anos a manifestação cultural é organizada entre o momento religioso e a festa um pouco mais comercial, com o Festival dos Botos Tucuxi e Cor de rosa. (RODRIGUES e PINHO, 2021). O aspecto comercial do Festival dos Botos contribuiu para estimular e consolidar, Alter do Chão como importante ponto turístico em nível nacional e

⁷ Saraipora e a mulher que conduz o símbolo do Sairé durante as procissões pelas principais ruas da vila de Alter do Chão.

internacional (Figura 18). Essa prática espacial é, ao mesmo tempo, uma *lugarização* e uma construção de circuito econômica alternativa.

Figura 18: Festival dos Botos em Alter do Chão.



Fonte: Agência Pará de notícias, 2019.

A AIBAC vem contribuindo desde a sua criação com a realização da Festa do Sairé. Por exemplo, durante o período da pandemia da covid 19 em 2020 e 2021, a sede foi cedida para servir de apoio para realização da Festa do Sairé e foram realizadas outras atividades na sede relacionadas ao evento.

A associação apoia o Festival do Sairé por entenderem que o evento é uma das manifestações culturais que receberam influências portuguesas e que é de origem dos indígenas Borari. A corte do Sairé (que não são chamados de personagens) que é o Juiz, a Juíza, os Mordomos, os Alferes, a Saraipora e o Capitão a maioria são representados por pessoas integrantes da AIBAC, e os que não fazem são indígenas de outras comunidades, porém residem em Alter do chão.

Em 1993, os grupos folclóricos que se apresentavam no Sairé sentiam a necessidade de recursos financeiros para comprarem suas indumentarias. Deveriam criar alguma forma para consegui-lo, pois os seus coordenadores tinham receio de sair em busca de patrocínios em Santarém, devido esse trabalho ser feito pela Coordenação do Sairé, por ocasião da festa. Foi então que, em setembro de 1994, após realização do Sairé, Edilberto Ferreira Costa e Ludinéia Lobato Gonçalves Dias (cacique Borari e presidente do Núcleo Sapú Borari da AIBAC) pensaram em um evento que fosse realizado no mês de setembro, já que nesta data não havia nenhum evento de grandes proporções no município (FERREIRA, 2008).

O Festival Folclórico Borari foi criado em 1994, a palavra Borari que dá nome ao festival, significa “flecha envenenada” trazendo a construção da história, a preservação dos costumes e tradições do povo indígena Borari de Alter-do-Chão. Ludineia sugeriu o nome: “I Festival Folclórico de Alter do Chão”. Em contrapartida Edilberto que conhecia o significado da palavra, sugeriu Festival Borari. Ludinéia aprovou e deram início aos trabalhos que deveriam ser imediatos devido à falta de tempo (Figura 19). Reuniram por várias vezes com os representantes dos grupos folclóricos e associações: nascia então o I Festival Borari. Sua intenção era resgatar os costumes, contos, encenações, teatros, tudo em uma composição cênica indígena/ cabocla. Muita gente visitou a vila de Alter do Chão no decorrer do evento que transcorreu de 09 a 11 de setembro de 1994. Além do cenário tipicamente indígena, o que deixou marcado o I Festival Borari foi a esplendida praia que já havia emergido nas águas doces do Lago Verde (FERREIRA, 2008).

Figura 19: Festival Folclórico Borari de Alter-do-Chão.



Fonte: Portal O Estado Net, 2013.

Nos anos posteriores, o Festival Borari deixou de ser coordenado por Edilberto ficando apenas com o direcionamento de Ludinéia Lobato Gonçalves Dias. Em 1997, com a mudança da data do Sairé, o festival passou a ser realizado em julho (FERREIRA, 2008).

O Festival Borari permite que as pessoas de todas as regiões do Brasil e de outros países possam conhecer a cultura dos indígenas Borari. As apresentações ocorrem durante três dias de apresentações artísticas em espaço aberto ao público. Durante o festival são apresentados os rituais dos indígenas Borari; a procissão do Sairé, apresentação de grupos de dança regionais convidados; competições esportivas na praia, ruas e praças da vila; comercialização de alimentos e iguarias; exposição de artesanato e shows noturnos com atrações locais. Essa prática espacial é, ao mesmo tempo, uma *lugarização* e uma construção de circuito econômica alternativa.

A realização do Festival Borari é de suma importância pois, atrai turistas para a vila de Alter-do-Chão, gerando emprego e renda para a comunidade, movimentando os comércios de artesanatos, barracas da praça e da praia e trazendo uma renda extra para a os indígenas Borari. O projeto indígena Borari de Alter do chão foi criado pela AIBAC em julho 2017 para reestruturação do Festival Borari com retorno de atividades esportivas indígenas, atrações diurnas e exposição dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos artesões indígenas. A AIBAC passou a organizar o Festival Borari para que a cultura dos indígenas Borari seja repassada de geração para geração, para que os Borari tivessem uma fonte renda e gerasse desenvolvimento econômico, não apenas para os associados, como para a comunidade toda de Alter do Chão fomentando o turismo e atraindo visitantes para a vila balnearia.

O festival Borari tem início com ritual do fogo e da água, sendo apresentados em forma de procissão sobre as águas do lago verde com tochas acesas, conduzida pelos catraieiros. Na abertura do evento é realizado os rituais, o ritual do batismo (*musseruka*) e da fartura, em forma de agradecimento das riquezas naturais dos rios e da flora amazônica (Figura 20).

Figura 20: Ritual do fogo e da água



Fonte: Ludinéa Lobato Gonçalves Dias, 2013.

Em seguida, a procissão segue com destino ao *puracê*⁸. Na recepção da procissão se apresenta um grupo de dança dos indígenas, caracterizados com vestimentas tradicionais confeccionada por eles. Em suas mãos carregam objetos artesanais e alimentos que simbolizam a fartura, dando início à mais um momento do ritual de abertura e destacando o ritual do *musseruka* e do *tarubá*⁹. No ritual do *tarubá* as crianças fazem a dança dos inocentes, onde elas ficam com a cabeça coberta por paneiros que simboliza a inocência, as crianças são proibidas de ingerir o *tarubá* (Figura 21). Por fim, comidas e bebidas que simbolizam a fartura, são partilhadas com os participantes do festival, sendo eles indígenas, comunitários e visitantes (Figura 22). Após a abertura acontece as apresentações dos grupos de carimbo de Alter do Chão e região. Neste mesmo momento acontece vendas de iguarias típicas da região pelas famílias indígenas, dando a elas uma renda econômica extra.

Figura 21: Ritual do Tarubá.



Fonte: Ludinéa Lobato Gonçalves Dias, 2013.

⁸ Puracê significa quintal na linguagem indígena Borari.

⁹ Tarubá bebida alcoólica fermentada feita de mandioca.

Figura 22: Ritual da Fartura



Fonte: Ludinéa Lobato Gonçalves Dias, 2013.

Em 2010, a AIBAC conseguiu recursos financeiros através de projeto Artesanato Borari com o apoio da Caixa Econômica Federal. Esse projeto teve como finalidade qualificar os artesãos, os grafiteiros e a arte mosaica para habilitar os indígenas Borari a atuarem no comércio de peças de artesanato e decoração na vila de Alter-do-Chão e em toda região do Oeste do Pará garantindo renda para a comunidade, visto que a vila é uma atração turística nacional e recebe turistas durante o ano todo. Esse projeto constituiu a criação de *circuito econômico alternativo*¹⁰.

As cuias¹¹ com grafismo Borari são feitas a mão e fazem parte do cotidiano dos indígenas Borari. Todo Borari que sai para a mata caçar, que vai pescar, vai tomar banho no rio, que vai para os puxiruns, leva consigo sua inseparável companheira, a cuia, ela é indispensável na cultura dos Borari (Figura 23). Em Alter do Chão existem diversas formas de

¹⁰ Circuito econômico alternativo: expediente para geração de renda, mas também para a geração de renda (culturais, políticos etc.) movimento emancipatório têm várias vezes, investido ou tentado investir no desenvolvimento de alternativas mais ou menos profundas ao mercado capitalista e às relações de produção capitalista, no que se refere à produção, à comercialização e ao consumo.

¹¹ Cuia fruta retirada da cueira que serve como utensílio doméstico, muito utilizado também como artesanato.

manifestações que buscam resgatar e manter viva a cultura indígena Borari que vai desde os grafismos em cuias, no manuseio da argila para a confecção das cerâmicas tapajônicas, nas pinturas corporais com jenipapo e na confecção de colares e brincos com miçangas e sementes. (RODRIGUES e PINHO, 2019).

Figura 23: Artesanato indígena Borari cuia com grafismo Borari feita a mão e colar de miçangas confeccionados durante a realização do projeto Artesanato.



Fonte: Jabuti Borari, 2021.

A pandemia causou a paralisação na realização dos projetos culturais da AIBAC. Em 5 setembro de 2020, a AIBAC retornou seguindo todos os protocolos de segurança, a fim de angariar lucros para a reforma da sede da associação e para homenagear as mulheres indígenas no seu dia. Realizou um evento transmitido virtualmente intitulada “Conversa no Puracê”, que visou a troca de experiência, vivências e atividades feitos pelos Borari e proporcionar um bate papo descontraído, cheio de conhecimentos e muito amor à natureza e aos ensinamentos de seus ancestrais – mais uma vez, vemos uma *lugarização*. O objetivo foi de angariar fundos para a reestruturação da AIBAC, de encontros, reuniões e atividade. Para isso foi realizado sorteio de rifas e doações realizadas no momento do evento (Figura 24).

Figura 24: Imagem do evento conversa no *puracê* com as indígenas Borari e com lideranças indígenas do baixo tapajós.



Fonte: AIBAC, 2021.

Durante o evento ocorreu a roda de conversa com as mulheres indígenas Borari e as lideranças indígenas do baixo tapajós, onde elas tiveram oportunidade de falar sobre suas vidas, lutas, seus costumes, suas conquistas. Houve também a apresentação da carimboleira do Festival do Sairé que realizou sua apresentação de carimbó (Figura 25). Elemento de grande importância, que surge como um dos principais símbolos de resistência. Além de gênero musical, é um movimento político de luta do povo Borari que reúne reverência aos mestres e mestras da arte popular, a força no batuque do curimbóe a tradição no bailado daqueles e daquelas que manifestam a ancestralidade dos povos da Amazônia (RODRIGUES e PINHO, 2019).

Figura 25: Dança de carimbó durante o Festival do Sairé, apresentação do Festival dos Botos.



Fonte: Diego Gomes, 2019.

Em setembro de 2019 com a organização da AIBAC, aconteceu na Oca do Saber Borari, a oficina de Artesanato Borari, ministrada por Damilles Borari foram mais 16 indígenas do Núcleo Sapú Borari, de todas as idades, participando da troca de saberes tradicionais (Figura 26). A oficina era para aprenderem a confeccionar adornos de sementes e miçangas. Foram confeccionados brinco e pulseiras que com suas vendas garantem o sustento das famílias através não só dos artesanatos de miçanga, pois elas são doceira, barraqueira, ceramista, fazem seus *teçumes*¹² de arumã. Além da contribuição no aumento da renda, o curso contribuiu para que as mulheres do Núcleo Sapú Borari tenham maior inspiração para manter a cultura dos indígenas Borari. Aqui vemos novamente a construção do circuito econômico alternativo.

¹² Teçumes e todo tipo de trançado de palha na linguagem Borari.

Figura 26: Imagem da Oficina de Miçanga.



Fonte: AIBAC, 2019.

O Núcleo de Dança da AIBAC realizou no dia 06 de janeiro de 2022 a Oficina Cheiro do Sairé: resgate da tradição, arte e dança Borari. Esse evento ocorreu na Oca do Saber Borari. Segundo descrito no projeto, o grupo cultural Carimbó da Beira, que faz parte da AIBAC e foi fundado no dia 4 de maio de 2013. A criação do grupo foi movida pelo anseio e necessidade de manter vivas as tradições e os costumes do povo Borari através da dança, além de incentivar os jovens e adolescentes Borari a aprenderem mais sobre sua própria cultura.

Essa oficina teve como tema a homenagem à bela história de luta, ativismo e resistência cultural do grupo Cheiro do Sairé, o Carimbó Beira de Rio realizou a oficina para resgatar essa, que foi uma das mais importantes danças que compunha o cenário folclórico da Festa do Sairé, através de uma oficina teórica e prática sobre danças tradicionais como Cheiro do Sairé, Marambiré e Lundu. O público-alvo foi o jovem da comunidade indígena Borari de

Alter do Chão. O intuito era trazer esses jovens para dentro do universo cultural tradicional de seu povo, bem como pensara a idealizadora do grupo Cheiro do Sairé, Neca Borari, quando criou o grupo, em 1987.

Segundo documentos fornecidos pela AIBAC, o Cheiro do Sairé é uma dança com banho de cheiro - um misto de ervas e essências naturais, banhados em água pura de igarapé - com o objetivo de trazer bons fluidos, boas energias e amor para os que os recebem de coração aberto. A dança foi inserida no ano de 1988 na Festa do Sairé de Alter do Chão e foi inspirada em um grupo de mulheres que acompanhavam a procissão do Sairé, e que eram presenteadas com um banho de cheiro que lhes dava um aroma inebriante e encantador, e destaque por onde passavam, atraindo olhares apaixonados (Figura 27).

Figura 27: Grupo Folclórico Cheiro do Sairé.



Fonte: Ludinéa Lobato Gonçalves Dias, 2014.

O grupo Carimbó Beira de Rio, que desde a sua criação tem por objetivo resgatar a cultura tradicional do povo Borari, lutar pela resistência de sua cultura através da dança e anseia a manutenção de suas tradições, busca apoio em leis de incentivo à cultura para que possa alcançar seus objetivos (Figura 28 e 29).

Figura 28: Oca do Saber Borari, local de realização da Oficina Cheiro do Sairé.



Fonte: João Pedro Gonçalves Dias, 2022.

Figura 29: Realização da oficina Cheiro do Sairé.



Fonte: João Pedro Gonçalves Dias, 2022.

A próxima oficina que será realizada pela AIBAC é a Oficina de Histórias cantadas. Segundo o projeto, o público-alvo é a comunidade indígena Borari de Alter do Chão. A oficina

de histórias cantadas surge como objeto de representação artística do povo Borari, evidenciando sua cultura e seus costumes através do lúdico, sendo benéficas tanto nos âmbitos cultural, social e ambiental, por evidenciarem e ressaltarem a forte relação que o folclore mantém com a natureza.

O encontro entre a palavra poética e a música é objeto comum no convívio do caboclo amazônico. Diversas são as lendas existentes nessa região, as quais acabam resultando em manifestações artísticas por todo o território amazônico, manifestações estas que são demonstradas através do canto, da dança e da encenação, gerando frutos culturais que ainda permeiam por décadas. Dentre as diversas manifestações artísticas que levam as histórias e o canto em sua concretização pode-se citar lendas como lendas do boto, da zineira, do cavalo branco, do urutauí, da piraoca e do fogo encantado, presente em nosso folclore, naturalmente amazônico, mas principalmente presente na cultura Borari.

Conviver em constante mudança devido ao progresso acelerado tem refletido em algumas perdas para aqueles que mantêm contato direto com a natureza. Sair do seu aconchego em busca de melhorias de vida tem sido motivo comum na vida dos Borari. Isso retrata o quão esquecido encontra-se o incentivo e fomento à cultura local. É por esse e outros detalhes que se deve ressaltar a importância da manutenção cultural e o repassar de saberes de geração para geração. As histórias cantadas surgem, portanto, como um galho de uma imensa árvore cultural, na qual os conhecimentos, costumes e lendas locais são espalhadas por meio da música, que em associação ao lúdico transformam tais contos em verdadeiros espetáculos artísticos. Todas as oficinas realizadas pela AIBAC visam manter a cultura indígena Borari e participam não apenas os associados, como todos os indígenas Borari de Alter do Chão e todos que tiverem interesse em estar participando.

CAPÍTULO III- O PROTAGONISMO FEMININO NAS PRÁTICAS ESPACIAIS DA AIBAC E A EXPRESSÃO DA ORGANIZAÇÃO MATRIARCAL DO POVO BORARI DE ALTER-DO-CHÃO

3.1 – Breve história do Feminismo

Conforme Silva e Camurça (2013) a palavra feminismo tem origem francesa e vem da palavra *femme*, que em francês significa mulher. Feminismo pode ser então compreendido como tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres. Hoje o feminismo é, entretanto, mais que isto. O feminismo é ao mesmo tempo uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, um movimento social que luta por transformação e uma atitude pessoal diante da vida.

Segundo Silva e Camurça:

O feminismo é a movimentação das mulheres na sociedade para fazer a luta por direitos, por mudanças, por igualdade, por justiça. Entretanto, a igualdade e a justiça que a gente quer não são possíveis nesta sociedade patriarcal, capitalista e racista. É preciso transformá-la. Por isto dizemos que o feminismo é um movimento que confronta o sistema de dominação e propõe a transformação social, pois quer transformar a vida das mulheres e toda a sociedade. (SILVA e CAMURÇA, 2013).

O(s) feminismo(s), enquanto movimento social e teoria, surge primeiramente nos países centrais de economia capitalista como resultado de intensas lutas travadas em torno de questões como a exclusão e a opressão das mulheres em distintos âmbitos da vida social e a reivindicação da igualdade de direitos civis. Essas lutas permitiram, dentre outras coisas, que a desigualdade de gênero saísse do silêncio que historicamente a caracterizou, tornando as mulheres protagonistas de mudanças vitais que as fortaleceram como sujeitos de direitos (NASCIMENTO e MARTINS, 2015).

O movimento feminista teve seu início, ainda bem diferente do que é hoje, durante o século XIX. Uma das maiores influências foi a Revolução Francesa e as alterações sociais que começaram a acontecer nesta época. A partir das mudanças trazidas pela Revolução Francesa, as mulheres começaram a tomar consciência das desigualdades a que eram submetidas e, pouco a pouco, começaram a questionar os modelos sociais e lutar para diminuir a desigualdade política e de direitos. Esse período ficou conhecido como a **primeira onda do feminismo** (LENZI, 2019).

A primeira onda feminista aconteceu no período entre o final do século XIX e o século XX. Nesta época as principais causas defendidas pelo movimento eram ligadas aos direitos políticos, à liberdade de escolha das mulheres e ao direito a usufruir da vida pública. Foi na primeira onda feminista que surgiu o movimento sufragista pelo direito ao voto das mulheres. O movimento ganhou muita força no Reino Unido e nos Estados Unidos (Figura 30). As mulheres lutavam por mais igualdade, desejavam o direito à participação na vida política, direito ao voto, ao estudo e melhores condições de trabalho. Foi neste período que as mulheres começaram a questionar o papel que era imposto a elas pela sociedade, principalmente em relação à responsabilidade pela casa e pela família como sua única função (LENZI,2019).

Figura 30: Movimento sufragista pelo direito ao voto.



Fonte: Lenzi, 2019.

A segunda onda do feminismo aconteceu no período entre os anos 60 e 90 do século XX. Neste período a busca pela igualdade social e igualdade de direitos se intensificou e as

mulheres passaram a questionar todas as formas de submissão e desigualdade que enfrentavam. Também fizeram parte das questões debatidas pelo movimento nessa fase as decisões sobre liberdade sexual, maternidade e direitos de reprodução. Uma das principais discussões nessa época girava em torno das opressões sofridas e do motivo de existirem tantas formas diferentes de opressão a que as mulheres eram submetidas. Também foi na segunda onda que começou a surgir a ideia da coletividade, da força da união das mulheres enquanto movimento capaz de provocar alterações na sociedade. Isso aconteceu porque as mulheres começaram a perceber que havia algo que as unia: todas, de alguma forma, já haviam sido oprimidas pelo fato de serem mulheres (LENZI, 2019).

A terceira onda feminista é o período iniciado a partir dos anos 1990 e pode ser definido pela busca de total liberdade de escolha das mulheres em relação às suas vidas. Nessa fase surgiu o termo *interseccionalidade* (ou feminismo interseccional), usado para se referir às diversas formas de opressão que uma mesma mulher pode sofrer, em função de sua raça, classe, comportamento ou orientação sexual, por exemplo. Outra contribuição desta fase do feminismo é o entendimento de que os comportamentos e opressões são resultados de construções sociais. Assim, eles podem e devem ser discutidos e desconstruídos (LENZI, 2019).

No Brasil Segundo Pinto (2003) o primeiro momento do feminismo:

Se estende da virada do século XIX para o século XX até 1932, tendo como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, foi quando as mulheres brasileiras ganharam o direito de votar e se candidatar, uma luta universal pela igualdade política. Esta fase identifiquei duas vertentes: uma chamei de feminismo “bem-comportado” organizado por mulheres das classes médias e alta que se constituiu em um movimento bastante organizado. Uma segunda tendência abriga uma gama heterogênea de mulheres que se posicionam de forma muito mais radical frente ao que identificam como dominação do homem (PINTO, 2003).

Segundo Pinto (2003) o segundo momento do feminismo no Brasil:

Surgiu na década de 1970, em meio ao período mais sombrio da ditadura militar. Essa década lançou para o mundo e para o Brasil a questão da mulher. No Brasil a particularidade da implantação do movimento deu-se por conta de uma paradoxal situação. Por um lado, o regime militar e repressivo não via com bons olhos qualquer tipo de organização da sociedade civil, ainda mais quando se tratava de mulheres que inspiradas nas norte-americanas, que ameaçavam a tradição e a família brasileira. Mas o paradoxo se constituiu na medida que as mulheres também não encontravam guarida entre os grupos que lutavam contra a ditadura e professavam ideologias antiautoritárias. O segundo momento do feminismo se caracterizou como uma resistência da ditadura militar, por uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer. De qualquer forma no fim da década havia um fato inegável: o movimento feminista existia no Brasil (PINTO, 2003).

O terceiro momento do feminismo no Brasil se deu a partir da década de 1980, e foi fundamental na luta das feministas brasileiras em relação a questões da saúde. A questão da

saúde da mulher pressupõe três grandes temas que envolviam controvérsias e preconceitos: planejamento familiar, a sexualidade e o aborto. A partir de 1985 a questão da violência contra mulher também tomou novos rumos, com a criação da primeira delegacia especializada. Paralelo à vida política, o movimento avançou na discussão da saúde e da violência. Na política houve a forte participação das mulheres no processo de redemocratização passando a dar início a uma aproximação cautelosa construída junto ao Estado (PINTO, 2003).

De acordo com Matos (2010), a “nova” onda toma a sério também a direção rumo a arenas paralelas de atuação, seja no âmbito da sociedade civil ou no das fronteiras existentes entre esta e o Estado, e é perceptível a partir da afirmação da importância de se considerar as fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração. Tal difusão feminista, com certeza, tem produzido consequências políticas e culturais que oscilam desde as políticas estatais (com os sérios desafios propostos a partir da transversalidade e intersectorialidade), passando pelas exigências das ações de cooperação internacional, introjetando-se na cultura popular até as reflexões mais íntimas e que tangenciam aspectos do reconhecimento da multidimensionalidade subjetiva e identitária. Por meio destes caminhos tem sido recorrente identificar trajetórias pelos quais os feminismos parecem fluir horizontalmente. Eu destacaria ainda a existência concreta de esforços intencionais para estender o feminismo a outros movimentos sociais por meio de coligações, campanhas, seminários, capacitações e atividades afins.

3.2. Geografia e gênero

A Geografia, assim como outras ciências, é um saber que se desenvolve atrelado aos contextos histórico-geográficos e aos recursos de interpretações disponíveis, como as técnicas e as teorias. Os movimentos sociais, nesse sentido, compõem os saberes científicos e suas formas de interpretação da realidade. Dentre os vários movimentos sociais emergentes nos anos 60, o movimento feminista, notadamente aquele reconhecido como a segunda onda, foi fundamental para a inspiração da ação de geógrafas que iniciaram um movimento interno à geografia nos anos 70, sob a perspectiva de três objetivos principais: construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina (SILVA, 2009).

As lutas empreendidas pelas geógrafas resultaram em progressos para a perspectiva feminista, a saber: a inserção do gênero como tema transversal nas disciplinas da área humana, a criação de disciplinas específicas sobre o tema a publicação de uma série de artigos na revista *Progress in Human Geography* e em volumes especiais sobre as abordagens feministas, como no periódico *The Professional Geographer*; e, até mesmo, a publicação de uma revista declaradamente feminista, em 1994, a *Gender, Place and Culture*, bem como o lançamento de vários livros sobre essa temática (SILVA, 2009).

Os homens e as mulheres são considerados segundo seu papel social. Para Silva (2009) a concepção da construção social que transforma fêmeas e machos humanos em homens e mulheres considera os gêneros masculino e feminino como papéis desempenhados socialmente. Conforme a concepção dada por Silva (2009) o conceito de gênero nega a construção universal das diferenças sexuais e implica a análise temporal e espacial na configuração das relações sociais, envolvendo uma perspectiva relacional, já que as mulheres são concebidas na sua relação com os homens.

A partir da criação do conceito de gênero, a geografia feminista obteve grandes avanços em suas teorias e métodos e dessa forma ocorreu o acréscimo do campo de estudos sobre gênero e o espaço teve novo papel no conhecimento das pautas sobre as questões de gênero. Segundo Silva (2009) cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres.

Segundo Silva (2009) a aceitação, no meio acadêmico, das ideias feministas de que as diferenças de gênero são elementos estruturadores da realidade socioespacial, tais quais as relações de classes, não foi uma tarefa simples para as geógrafas no âmbito da ciência geográfica, apesar de o movimento feminista fazer parte da crítica radical às chamadas geografias positivistas.

Diante disso os debates sobre a questão de gênero foram entendidos erroneamente, e entendidos como causa apenas das mulheres que só interessavam a poucas geógrafas. Dessa forma passam a compreender que as relações de gênero são de suma importância para a sociedade em geral, inclusive para os homens, essa questão não foi aceita de forma simples.

O alcance da centralidade da perspectiva de gênero nas ciências sociais no Brasil e a contraditória impermeabilidade da ciência geográfica a ela configuram uma situação, no mínimo, curiosa, considerando que a geografia é uma ciência da sociedade. Qualquer ciência que tenha como foco de análise as relações humanas deve ter em conta que a humanidade não

é uniforme e que a diferença entre homens e mulheres é uma das principais categorias de análise. Além disso, as relações de gênero permeiam todas as sociedades, apesar das diferenças espaciais e temporais (SILVA, 2009).

A extraordinária importância dos movimentos de mulheres ao longo de décadas e a força do feminismo latino-americano, que é considerado um dos maiores do mundo, já que combina reflexões teóricas e um ativismo político marcado pelo compromisso com a melhoria da sociedade por meio de relações de gênero, passam despercebidas pela geografia brasileira. Apesar da crescente importância do papel feminino nos fatos sociais, a geografia brasileira continua negligenciando a perspectiva de gênero como potencialidade de construção da inteligibilidade da realidade social. Contudo, isso não quer dizer que o campo científico, como um todo, não tenha se modificado, incorporando cada vez mais o trabalho feminino (SILVA, 2009).

A ausência de temas de gênero no discurso geográfico não se justifica simplesmente pela ausência das mulheres no exercício profissional, já que houve notória feminização deste campo científico nas duas últimas décadas. Assim, para compreender a ausência das abordagens de gênero, mesmo frente à feminização do campo científico da geografia, há necessidade de se contemplar as estruturas de poder decisório capazes de manter a seletividade das características da geografia brasileira, ainda fortemente androcêntrica. (SILVA, 2009).

Estudos sobre espaço e gênero são recentes e muitas vezes a academia ainda os percebe como um estudo de menor relevância, dotado de menor cientificidade entre os temas já ratificados pela ciência geográfica, como aponta Silva (2009).

A Geografia vem se dedicando há algumas décadas a temáticas emergentes na sociedade, tais como cultura e desenvolvimento, gênero, identidade territorial e etnicidade, entre outras (COSTA, 2017). Busca-se abordar as relações de gênero enquanto agentes centrais na construção do espaço, e a Geografia enquanto uma ciência que analisa a organização e produção dele pode e deve ampliar suas reflexões sobre as relações de gênero, entendendo-as como parte das práticas espaciais que permite desvendar a base da organização geográfica das sociedades. Hoje mais do que nunca o espaço pode revelar a luta de classe, e a estrutura de poder entre os gêneros (REIS, 2015).

Durante a construção da minha monografia tive alguns percalços por conta da escolha do meu tema, pois falar de gênero na academia, mesmo estando em pleno século XXI, é algo desvalorizado devido a invisibilidade da questão na Geografia brasileira. Segundo Silva (2009) os dados apresentados sobre a representação feminina na estrutura organizacional da academia brasileira na área de geografia evidenciam que há forte presença de mulheres

altamente qualificadas, praticando a ciência geográfica cotidianamente, seja na carreira docente, seja como parte do corpo discente.

Dessa forma as questões de gênero levantadas para esta investigação sobre a influência das abordagens de gênero na geografia do Brasil ficam ainda mais de difícil entendimento. Observa-se isso nos trabalhos desenvolvidos na academia pelas docentes que acabam não tendo a visibilidade que mereciam dentro da Geografia no Brasil. Outro fato foi citado por Silva (2009) com o aumento do número de mulheres nos cursos superiores de Geografia e nas carreiras do magistério de Geografia não gerou tensões e questionamentos, por parte delas, no tocante à ausência de suas próprias espacialidades, histórias e identidades nos conteúdos que ministram e nos espaços que pesquisam, ou seja, na estrutura do discurso geográfico brasileiro que elas alimentam com sua prática docente e investigativa.

3.3 - O movimento das mulheres indígenas no Brasil

Nas décadas de 1970 e 1980 as *questões de gênero* no meio indígena brasileiro eram tratadas quase que exclusivamente por *lideranças femininas*. Mulheres que, por caminhos vários, acabavam se destacando e sendo acolhidas nas campanhas por direitos humanos na qualidade de vozes das comunidades e povos indígenas do país. Algumas chegaram a transitar pela FUNAI, onde foram ou ainda são funcionárias; outras, vivendo nas suas comunidades de origem, tiveram a coragem e a habilidade de se fazer ouvir pelo Congresso Nacional, no meio indigenista não-governamental, nos ministérios e secretarias estaduais e entre as agências cooperação internacional, governamentais e não-governamentais, como a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), a Oxfam, a Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), entre outras (VERDUM, 2008).

O movimento das mulheres indígenas se apresenta como resistência interna. Esse fato foi observado durante a realização da minha pesquisa, onde um dos caciques não aceitava as propostas das mulheres indígenas Borari e houve um desentendimento e com isso a criação do cacicado feminino Borari. Segundo Paula (2008) o caráter recente dessa mobilização, provavelmente, as resistências encontradas pelas mulheres indígenas dentro do próprio movimento indígena que, como sabemos, é historicamente controlado por homens por conta da divisão sexual do trabalho em sociedades tradicionais.

O movimento das mulheres indígenas brasileiras trouxe para o coletivo pautas que melhoraram os discursos dentro do movimento indígena, colocando as questões e as demandas

dos espaços em que elas atuam, o espaço de suas comunidades. As mulheres indígenas inseriram reivindicações importantes dentro da luta indígena, como o direito à saúde diferenciada, inclusive à saúde da mulher, à educação indígena, à seguridade social e o salário maternidade, entre outros temas importantes. Esses fatos demonstram aumento do protagonismo da mulher indígena nos movimentos indígenas.

A partir do fim do século XX houve a institucionalização das demandas por igualdade e aceitação às desigualdades de gênero no meio indígena do Brasil. Desde o fim da década de 1980 as mulheres indígenas têm participado, de modo cada vez mais consistente, de reuniões nacionais e internacionais. Ao reunir mulheres de diferentes povos, esses novos espaços de discussão contribuíram para a troca de experiências e conhecimentos; propiciaram meios para o fortalecimento e a consolidação de suas organizações; bem como vêm fortalecendo a capacidade de setores do movimento de mulheres indígenas para participar e exercer o controle social na esfera pública. São durante esses eventos que elas discutem os principais problemas enfrentados pelas mulheres indígenas, seja em suas comunidades seja nas relações com diversos segmentos da sociedade civil e do Estado nacional brasileiro. As *relações de gênero* no meio indígena passam a ser uma questão tratada prepositivamente pelas associações e departamentos de mulheres indígenas, que demandam ações concretas das organizações não governamentais (ONGs) e das agências governamentais e internacionais (VERDUM, 2008).

Atualmente é na Amazônia onde está situada a maior parte das organizações de mulheres indígenas e é aí também onde surgiu o primeiro “departamento de mulheres” no interior de uma organização indígena de abrangência regional. Esse fato aconteceu na Assembleia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), realizada em maio de 2001, em Santarém (PA), onde foi reivindicada e aprovada a criação de um espaço institucional específico para as demandas das mulheres indígenas. Na ocasião, foi delegada à Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e à Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé (AMISM) a responsabilidade de dar curso a esse processo de articulação que desembocaria em um grande encontro de mulheres indígenas da Amazônia, no qual estaria se priorizando o intercâmbio de experiências e o detalhamento dos objetivos e funcionamento do Departamento de Mulheres (VERDUM, 2008).

Segundo Verdum (2008) a vontade de mudança tem sido um importante estímulo para as mulheres:

Fortalecer os processos regionais e articulá-los, visando influir nas relações locais e nas políticas públicas, é o maior desafio. Sendo garantida às mulheres indígenas autonomia de organização e na definição de prioridades, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) poderia ser uma importante aliada (VERDUM, 2008).

Na trajetória histórica do movimento indígena no Brasil, as mulheres indígenas criaram, no início de sua participação, associações com o intuito de fortalecer as reivindicações e ações do movimento ampliado, cuja coordenação se concentrava nas mãos das lideranças masculinas. Nos primeiros momentos, agruparam-se em associações específicas ou de gerenciamento feminino (como as associações artesãs criadas na cidade de São Gabriel da Cachoeira), organizadas por interesses políticos e econômicos. Por meio dessas associações, lidavam com problemas comuns aos homens (demandas por terra, geração de renda, educação, saúde etc.), mas a partir da perspectiva indígena feminina. Somente anos depois, as mulheres indígenas formularam demandas específicas ao gênero feminino, como cuidados com a saúde reprodutiva e criação dos/as filhos/as, combate à violência contra mulheres (em decorrência do alcoolismo), reivindicação por maior participação feminina nos espaços públicos indígenas e indigenistas, maior oportunidade de capacitação das mulheres indígenas, entre outras demandas. Nas últimas décadas, as principais reivindicações das mulheres indígenas eram pela participação direta no gerenciamento de projetos indígenas comunitários, sobretudo, os de desenvolvimento sustentável e de revitalização cultural articulada à geração de renda. (MATOS, 2012).

Pela primeira vez, em 2016, apoiadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), mulheres lideranças indígenas de diferentes etnias do Brasil, organizadas via Voz das Mulheres Indígenas, conquistaram espaço para tratar sobre as reivindicações e demandas das mulheres indígenas em plenária durante o 13º Acampamento Terra Livre (ATL), evento que reuniu mais de 3 mil indígenas de todo o país em Brasília, promovido pela Articulação dos povos indígenas do Brasil (APIB), e do qual pude participar como ouvinte. Em plenária, foram apresentados vídeos de mulheres indígenas que, entre outras questões, tratavam sobre violência de gênero e formas de enfrentamento. Nas edições do mesmo evento em 2017 e 2018 a conquista do espaço na programação oficial por estas lideranças femininas se repetiu e se fortaleceu (DUTRA e MAYORGA, 2019).

Em abril de 2018, as mulheres indígenas multiplicadoras do projeto Voz das Mulheres Indígenas distribuíram em Brasília, durante o ATL, uma cartilha que apresenta a

“Pauta Nacional das Mulheres Indígenas” a partir de demandas apresentadas por mulheres de 104 etnias diferentes. Foi a primeira vez que se construiu um documento desta proporção. Dentre as pautas abordadas, além de demandas já recorrentes no movimento indígena e das pautas discutidas anteriormente, foram pontuados: “Igualdade de gênero (nas oportunidades de trabalho, nas comunidades, nas organizações indígenas, e nos cargos públicos)”; “Opressão de liberdade de expressão, por indígenas que impõe sua liderança na comunidade”; “Racismo/ Discriminação (nas cidades por não indígenas, principalmente nas escolas”; “Preconceito (dos homens na comunidade e pela sociedade na cidade)”; “Processos de formação e comunicação entre a base e as organizações/movimento de mulheres indígenas”; “Garantir a participação de mulheres indígenas em espaços decisórios das três esferas governamentais” e “Reconhecimento das lideranças mulheres, nos diálogos entre gerações” (DUTRA e MAYORGA, 2019).

3.4 - Núcleo das mulheres Sapú Borari: o protagonismo feminino nas práticas espaciais da AIBAC

A atuação das mulheres indígenas no território Borari tem assumido uma importante frente na luta pela garantia dos direitos e autonomia das mulheres, na proteção da natureza e demarcação do território. Os indígenas Borari possuem em sua liderança uma cacique e a partir da sua atuação criaram a Associação indígena Borari o Núcleo de mulheres Sapu Borari, demonstrando o empoderamento feminista. O estudo do Núcleo Feminino contribui com entendimento do que é o feminismo; nesse sentido, Reis (2015) comenta que a finalidade dos estudos feministas é analisar o que significa ser mulher, como varia no tempo e no espaço a concepção cultural dessa categoria, e sua influência na situação das mulheres dentro de cada sociedade.

As indígenas Borari buscam por melhorias não somente para o Núcleo das Sapú Borari e sim para todos que fazem parte da AIBAC visando o bem comum para todas as famílias indígenas Borari de Alter do Chão. Segundo Sacchi e Gramkow (2012):

As práticas das mulheres indígenas visam ao bem coletivo, portanto, sua “igualdade” política é conquistada quando podem preservar sua identidade feminina tradicional, priorizando, em seu trabalho, o bem comunitário. Ocupar posições de liderança interfere em muitos aspectos e implica em desafios na vida das mulheres, desde o relacionamento com as lideranças masculinas, a sobrecarga de trabalho – por estarem à frente das tarefas – e as dificuldades em articular as mulheres, devido a obstáculos com alimentação, meios de transporte e comunicação (SACCHI e GRAMKOW, 2012).

As Sapú Borari de Alter do Chão, lutam para ter seus direitos sejam cumpridos pelo Estado brasileiro dentro da AIBAC: elas sempre estão se articulando para conseguirem alcançar seus objetivos, seja buscando junto a FUNAI a melhoria da educação, saúde dos indígenas Borari ou buscando aprovação de projetos para gerar renda econômica extra. Segundo Silva e Camurça (2015):

Cada movimento tem sua própria causa, seu projeto político, sua forma de enfrentar os problemas. Mas aqueles que lutam por direitos, que querem construir um mundo de justiça e democracia, estão todos no mesmo barco, fazem parte do campo político dos que lutam pela transformação da sociedade (SILVA e CAMURÇA, 2015).

As reivindicações das mulheres indígenas nas diversas áreas aparecem interrelacionadas, e a conquista da sustentabilidade socioeconômica é fundamental para a garantia dos demais direitos. As questões da não regularização fundiária e da invasão contínua dos territórios indígenas e a proximidade aos centros urbanos envolvem uma série de problemáticas sociais e ambientais que afetam a vida comunitária. Nesse sentido, as mulheres almejam alternativas econômicas sustentáveis, principalmente, visando ao fomento à produção agrícola e à proteção e promoção de vários aspectos da cultura (SACCHI e GRAMKOW, 2012).

Os indígenas Borari de Alter do Chão tem em sua história que eles são uma aldeia matriarcal onde as mulheres sempre estiveram no comando. Sobre o matriarcado dos indígenas Borari, a cacique Ludineia Lobato Gonçalves Dias pontuou:

“Primeiro e único cacicado composto só por mulheres. Não tem nenhum homem no comando. Tem homem nas nossas famílias quase 160 famílias sim, mas o comando é de mulher. Os Borari é um povo que ele sempre foi comandado por mulher. Ela é uma aldeia matriarcal. Ela não é patriarcal. É que os troncos e barrancos, mas são as mulheres, mas muito amparadas e respeitadas pelos homens”.

Em outra entrevista com o presidente da AIBAC, João Pedro Gonçalves Dias, ele fez um relato sobre o matriarcado dos Borari:

“Então desde que eu me entendo por gente logo me entendo por gente que eu escuto tanto da minha avó quanto dos mais velhos. Sempre se falava da de Maria Moassara é que Ela Foi a guerreira do Tapajós daí tem várias versões de várias falas relatos relacionada a quem foi Maria Moassara me parece que ela teve até envolvimento com um português mas isso não eu não sei te explicar direito mas é. É a história ela se baseia, ela vem também baseada. É num desses relatos de Maria Moassara como que isso também é muito visível em relação a questão de a mulher ser o domínio. Domínio em Alter do Chão a maioria é mulher a questão de associações as questões de representações sempre a maioria foi mulher elas foram sempre o carro chefe então acho que isso vem de muito tempo não é a questão do matriarcado da questão da figura feminina ela ser mais. Presente mais forte. Na questão política enfim em todas as áreas e a gente vê isso tanto é que o cacicado ele é formado por mulheres e não foi uma opção de ser assim. Há não tem um cacique há não tem alguém não a maioria é mulher. E foi formado o cacicado eu falo o cacicado a direção né é a direção é a liderança indígena tradicional é só por mulheres e a maioria dessas mulheres elas

não têm marido. Né que a gente costuma dizer que que é filha não é de mãe solteira que isso tem né a mamãe falava muito assim essas mulheres. Ela é incluída no meio de quando elas engravidavam, mas não ficavam com os pais, não eram casadas essas mulheres elas eram vistas como mulheres que não, que não serviu para nada né na comunidade só servia mesmo para cozinhar para trabalhar para outra coisa não, até mesmo direito a batizar os filhos na igreja, a igreja rejeitava não é, mas nunca elas perderam força. Né a gente vê pela questão da Vovó ela foi uma ela foi uma mãe solteira ela teve 7 filhos e sempre criou né os filhos dela sempre batalhou pela comunidade sempre ela teve uma presença S um poder uma autoridade, sempre foi muito forte ela sempre foi muito respeitada em relação a isso né a trabalhar pela comunidade é trabalhar a lutar pela comunidade enfim por tudo não é mais as mulheres a questão do matriarcado ela é muito forte e ela vem ela vem de um legado. Passado de geração por geração e a gente vê isso agora mesmo até mesmo na questão criança, que geralmente aqui quando a gente está em alguma atividade. Tudo que em relação a brincadeiras que eles estão desenvolvendo crianças geralmente é uma mulher. Que comanda, que toma a frente é uma criança, uma mulher é uma menina que toma a frente para brincar para fazer alguma coisa tudo é segue esse. Parece que alguma coisa assim. Parece ter combinado não é, mas não é. É natural é bem natural isso”.

O associativismo das Sapú Borari se deu pelo rompimento de lideranças junto aos outros três caciques de Alter do Chão, que não aceitavam as propostas feitas pela cacique Ludineia Gonçalves e suas aliadas. Foi a partir desse momento que surge a AIBAC para que as mulheres indígenas Borari se organizassem coletivamente no Núcleo das Sapú Borari para busca das demandas femininas e de bens comuns aos associados como a demarcação do seu território, seu reconhecimento étnico e a busca dos direitos indígenas junto ao Estado Brasileiro.

O mais fascinante da organização das mulheres indígenas Sapú Borari é que a questão inicial está pautada para realização de projetos que incentivem a produção e comercialização do artesanato de miçangas e tesumes, da culinária vendida nas barracas da praia ou na praça central de Alter do Chão. Elas também realizam rodas de conversas sobre suas demandas, articulações, reivindicações e sobre troca de experiências políticas. O movimento das mulheres indígena Borari é de suma importância no movimento indígena do Baixo Tapajós. Estas mulheres estão forçando e alterando o modo como são definidas as mulheres no seio das comunidades indígenas (NASCIMENTO e MARTINS, 2015).

Ao longo da minha pesquisa percebi que o feminismo indígena é diferente, pois além de requerer a emancipação das mulheres indígenas, elas buscam reconhecimento étnico, a demarcação das terras indígenas e a valorização e continuação da cultura indígena para sua comunidade. Segundo Blanco (2010), *apud* Nascimento e Martins (2015), é possível delinear, desta forma, algumas características do feminismo indígena. A primeira estaria na crítica que dirige ao feminismo hegemônico em seu desígnio planejador das mulheres e universalizador de suas problemáticas e demandas. Para a autora, isto reforça a necessidade de se pensar os problemas enfrentados pelas mulheres a partir da diversidade cultural. A segunda característica

seria a convergência de duas formas diferentes de luta: a de gênero e a étnica. Quando as indígenas lutam por seus direitos como mulheres lutam ao mesmo tempo por sua identidade como povo, o que inclui os homens neste projeto, ainda que seja um trabalho lento cujos frutos possivelmente serão colhidos com mais propriedade pelas próximas gerações. A terceira e última característica do feminismo indígena radicaria no fato deste permitir uma crítica à própria cultura, propondo a revisão e a superação de relações de gênero baseadas na opressão e na exploração.

Segundo Nascimento e Martins (2015) as mulheres indígenas têm buscado:

Parte das mulheres indígenas também tem buscado ir além da ideia de que as mulheres não-indígenas, ocidentais e feministas, são todas iguais e homogêneas, reconhecendo aquelas questões e causas comuns que unem as mulheres apesar das diferenças. Assim, acreditamos que é preciso que as próprias indígenas deem um sentido ao conceito de feminismo, no qual a reivindicação de um *Feminismo indígena* represente o compromisso delas com suas comunidades (NASCIMENTO e MARTINS, 2015).

As práticas espaciais que acontecem na AIBAC, são voltadas principalmente para ações culturais, projetos, programações tendo como público alvo as integrantes do Núcleo das Sapú Borari com intuito de capacitar, melhorar ou ampliar suas rendas, ou mesmo fazer articulações políticas e instruir as mulheres indígenas a nunca desistirem de lutar pelos seus direitos e objetivos seja buscando junto ao Estado brasileiro ou a ONGS e desse modo elas são as protagonistas das articulações indígenas de Alter do Chão. Apesar das distâncias as Sapú mantem comunicação e realizam encontros com outras comunidades indígenas do Baixo Tapajós para articulações e alianças locais, regionais por meio dos laços de parentescos e para troca de conhecimentos seja no artesanato ou na culinária.

A atuação das mulheres indígenas no território Borari tem assumido uma importante frente na luta pela garantia dos direitos e autonomia das mulheres, na proteção da natureza e demarcação do território. Segundo Matos (2012) o associativismo das mulheres indígenas:

Ocorre com as demais organizações indígenas de distintas naturezas, configurara-se em experiências étnicas de articulação política definidoras de estratégias identitárias. Portanto, apesar de ser uma forma de organização exigida pelos padrões de relacionamento não indígena para reivindicar direitos e participações nas esferas públicas, a formalização da articulação política indígena não teve efeito engessador da capacidade mobilizadora dos agentes. No caso do protagonismo das mulheres indígenas, foi fundamental reuni-las em organizações para constituírem uma coletividade específica aos seus interesses e reivindicações. No movimento de mulheres indígenas, o específico não é, necessariamente, suas demandas próprias ao universo feminino, mas sim a formulação da problemática que diz respeito a todos/as da comunidade e/ou do grupo étnico ao qual pertencem. (MATOS, 2012).

De acordo com Amado *et al.* (2019) no depoimento de membros do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas no ano 2006, o movimento feminino vem ocorrendo desde 1996, embora tenha ganhado visibilidade só muito recentemente. Em 2017, dez anos após a assinatura da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas pelas Nações Unidas, a Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) levantou a questão do empoderamento das mulheres indígenas. Em 2018, a ONU em parceria com a Embaixada da Noruega implementou o projeto “Voz das Mulheres Indígenas”, com o objetivo de estimular a mobilização social e de fortalecer a participação política dessas mulheres em diferentes grupos étnicos no Brasil. Esse projeto emergiu da iniciativa de coleta de informações em comunidades indígenas em todo o país, realizada pelas próprias lideranças femininas.

A luta pelo empoderamento feminino na América Latina, segundo Sardenberg (2010), no seu início, voltou-se praticamente para a redução da desigualdade de gênero e contra a opressão masculina nas sociedades patriarcais. No Brasil, manifestaram-se duas modalidades de empoderamento feminino: o liberal e a emancipação libertadora. Na primeira modalidade, o movimento tem sido mais de interesse individualista, marcado por ações com ideais liberais, de caráter mais racional. Já a “emancipação libertadora” tem sido aquela de natureza mais coletiva, na busca de autonomia e determinação contra o patriarcado, embora o empoderamento pessoal não seja ignorado.

As indígenas Borari fizeram um cacicado só de mulheres depois da criação da AIBAC, que teve como inspiração a grande guerreira do Tapajós Maria Moaçara, se organizou o primeiro cacicado de mulheres indígena do primeiro do Brasil que é o Cacicado Indígena Borari Resistente (CAINBORÈ) quem responde juridicamente pelo cacicado e a AIBAC. O CAINBORÉ surge quando ocorre alguns problemas internos na AIBAC onde o grupo das mulheres indígenas Borari não aceitavam a forma com que o cacique estava se comportando, foi quando ele saiu da associação e as mulheres indígenas se reuniram e junto com a Cacique Ludineia Lobato Gonçalves Dias se organizaram e fundaram o primeiro cacicado indígena composto só por mulheres do nosso país.

Durante a realização da pesquisa de campo para produção da minha monografia, fui convidada para participar da programação do aniversário de CAINBORÉ no dia 23 de abril de 2021, que aconteceu em seis momentos durante a parte da manhã e da tarde. Durante a realização do evento a AIBAC seguiu todos os protocolos de segurança do covid-19 e todos os participantes indígenas já tinham tomado a primeira dose da vacina do covid-19. O primeiro momento foi a abertura do evento que aconteceu às 10h com canto, benção e dança indígena, embalados pelo batuque do tambor onde o presidente João Pedro tocava e cantava músicas

indígenas juntamente com todos que estavam fazendo parte do evento: homens, mulheres e crianças indígenas Borari (Figura 31). Foi feita uma oração para agradecer e em seguida no segundo momento foi servido o café da manhã (Figura 32).

Figura 31: Abertura das comemorações do aniversário do CAINBORÉ.



Fonte: Trabalho de campo da autora, 2021.

Figura 32: Café da manhã servido durante a programação.



Fonte: Trabalho de campo da autora, 2021.

No terceiro momento às 11h00 a cacique realizou uma roda de conversa com as indígenas Borari, onde ela abordou a importância do Núcleo Sapú Borari, o movimento de mulheres indígenas Borari e os direitos dos indígenas na demarcação de seu território (Figura 33). No quarto momento às 12h45min, foi servido o almoço para todos que estavam participando da programação (Figura 34).

Figura 33: Roda de conversa com as indígenas Borari.



Fonte: Trabalho de campo da autora, 2021.

Figura 34: Almoço em comemoração CARIMBORÉ



Fonte: Trabalho de campo da autora, 2021.

No quinto momento às 14h ocorreram algumas dinâmicas com as indígenas, como perguntas sobre o Núcleo Sapú Borari e foram realizadas brincadeiras, um momento de muita descontração. As às 16h foi realizada a última dinâmica sobre a vivência dos indígenas Borari, onde foi mostrado os costumes indígenas Borari, com a representação do artesanato, da pesca e as fases de fabricação da farinha (Figura 35 e 36). No sexto momento às 17h foi servido o lanche e cantado os parabéns para o cacicado indígena. Às 18h retornei a Santarém com chegada às 19h30.

Figura 35: Dinâmica com as indígenas Borari



Fonte: Trabalho de campo da autora, 2021.

Figura 36: Dinâmica sobre a vivência dos indígenas Borari



Fonte: Trabalho de campo da autora, 2021.

No quadro 2 constam as transcrições das entrevistas semiestruturadas separadas por tópicos onde utilizei roteiro guia (Apêndice 2) realizadas com três mulheres indígenas Borari da AIBAC, integrantes do Núcleo Sapú Borari.

Quadro 2: Entrevistas de campo realizadas com três mulheres indígenas Borari da AIBAC.

Entrevistadas	A	B	C
1. O que é autonomia para você?	Autonomia para mim já está dizendo não é ter autoridade é ter propriedade no que você está fazendo. Junto a gente tem essa autonomia e é isso que a gente busca passar para eles entenderem cada dia mais e mais a gente sabe que tem uns que buscam mesmo autonomias tem uns que são mais devagar, mas eles sabem que eles têm eles têm essa autonomia em cima é buscando esse direito entendeu é vamos lá nós temos autonomia nós podemos é direito nosso nós temos autoridade para buscar né.	A entrevistada não conseguiu responder.	Se falando de autonomia, falo sobre à indígena, no qual temos o direito livremente sobre nossa condição de cultura, política, mais muitas vezes esquecido quando se trata de manifestação cultural e principalmente pelo nosso modo de vida muitas vezes escassos de apoio e esquecido pelo poder público, quando era para nos apoiarem em tudo já que é um direito por nos garantido mais infelizmente diversas vezes esquecido infelizmente!

<p>2.O que você acha da AIBAC?</p>	<p>Tem dado resultado, estão indo para a luta, estão indo para a luta. Junta todos os indígenas. E é isso acho que aquelas que não tiveram oportunidade de estudar, mas elas estão tendo uma formação de luta não é aí junta os que foram estudar aí e aí fortalece né olha eu não consegui estudar, mas eu tenho uma experiência de luta e tu que estudou a gente vai nisso daí não é o tradicional com científico né aí o negócio vai, não é?</p>	<p>A associação garantiu os direitos para as mulheres indígenas Borari e para todos os indígenas associados. A nossa associação ela tem o jurídico a gente é reconhecido não só aqui dentro de Santarém nós estamos reconhecidos em Brasília.</p>	<p>Veio como uma forma de lutar, para a conquista do que e nosso por direito, nossas demandas com o nosso território que até hoje lutamos acho uma associação que veio pra fortalecer cada vez mais a nossa luta sim, quando se trata de direitos, uma associação de fato e direito, q busca cada vez mais lutar em prol de seus associados e seus indígenas q estão sobre a cobertura dessa associação respeitada .</p>
<p>3.A criação da associação foi boa para a busca pelos direitos dos indígenas Borari?</p>	<p>A busca do índio do indígena de busca muito do direito tem 4 bandeiras. A saúde diferenciada. A educação diferenciada a seguridade social e terras demarcadas da bandeira é saíram a partir da associação.</p>	<p>Foi muito boa há a criação da associação. Ela dá direito para você ir buscar os seus direitos como aposentadoria auxílio maternidade é o auxílio saúde tudo isso a gente já conquistou. Então para mim é muito válido.</p>	<p>Continua e continuará sendo sempre, de geração a geração , temos muitos Borari q se foram com eles levaram um legado de luta direitos e historias mais deixaram seus descendente pra lutar aqui, Aibac foi criado para fortalecer a nossa história para que não seja esquecida com ela veio nossos direitos como indígenas digo e diversas áreas , na área da educação temos muitos indígenas formados entrado na universidade com cota indígena ,sobre o salário maternidade q e diferenciado para as mães, seguridade social para nossas idosas e gratificante ver nossos direitos assistidos com a criação da AIBAC para nos.</p>
<p>4.A luta da associação Borari junto com as mulheres indígenas do Núcleo Sapú Borari é válida?</p>	<p>Sim, A gente vai para cima para executar. E assim nós vamos seguindo as mulheres com a bandeira na frente trabalhando lutando e é isso, mas isso requer muita disponibilidade responsabilidade amor no trabalho amor na luta e principalmente o amor e a valorização desse povo é para não deixar acabar para não deixar ser invadido e não se envergonhar de ser quem é?</p>	<p>É a luta eu acho muito válido. Por exemplo assim é que está um exemplo agora como na faculdade. Na faculdade a gente não tinha quase é acesso para indicar os indígenas. Depois disso começou.</p>	<p>Deu certo, sempre válida, a gente como um núcleo das sapu e a aibac andando junto fortalece muito a gente, cada vez mais somos reconhecidas com apoios projetos q veem para somar nosso núcleo, mais não digo só as sapu, tempos outros núcleos que a AIBAC apoia muito bom quando se trata de apoio uma forma se caminhar juntos para um fortalecimento contínuo AIBAC + Sapu.</p>
<p>5.Sobre o matriarcado dos Borari o que você pode me falar?</p>	<p>A minha avó ela falava muito ela contava as histórias ela contava olha que era assim a luta era assim, mas as mulheres sempre foram comando, a gente vai transferindo vai passando</p>	<p>Então a gente vai Unidas vai mesmo para cima junto é dos nossos direitos. É a Neca a cacique com ela é assim quando ela chega diz assim oh a gente tem</p>	<p>Sempre nas nossas rodas de conversas que temos semanais nossa cacique "Neca Borari expõe para nos sobre o matriarcado, nossa aldeia e uma aldeia matriarcal onde quem comandava e até hoje</p>

	<p>não é eles vão me entendendo e com respeito não é respeito de que as mulheres são comando e até onde eu sei através de uma antropóloga formada aqui no baixo tapajós acho que tu deve reconhecer a Luana ela disse olha tia Neca aqui foi o primeiro cacicado de mulheres e único no Brasil que só as mulheres são o comando.</p>	<p>que fazer isso ir embora lá e a gente a apoia e aí ela vai e. A gente consegue unidas no grupo das mulheres Borari pelo matriarcado.</p>	<p>creio q quem exerce esse papel de liderança somos nós mulheres ,estamos sempre na frente das coisas em relação a causa indígena somos nós mulheres, a vista que , temos um núcleo composto por mulheres q vieram de uma luta contar a desigualdade social, onde vieram de uma luta para o sustento de seus filhos até mesmo em relação ao pessoal na criação de filhos solos como uma mãe solteira por exemplo, q batalha ou até mesmo batalhou pra dá o sustento ao seus filhos , um exemplo q sempre falo, e sobre uma mulher guerreira desse tapajós por nome Maria Moassara lutou contra todos e pra prevalecer seu direito de mulher e matriarca e uma inspiração de mulher indígena , de autoridade exercida assim como nos mulheres matriarcas indígenas Borari.</p>
<p>6.Quais as principais mudanças que aconteceram em Alter do Chão e que alteraram o modo de vida dos indígenas Borari?</p>	<p>A questão territorial a questão especulação imobiliária é muito grande e nós já tivemos em 2000 e 2003 por conta disso foi o que impulsionou nas buscar do direito.</p>	<p>Está aqui nessa luta contra especulação imobiliária, mas não é muito fácil a gente está se a gente luta e porque nós lutamos pela nossa demarcação nós queremos nossa Terra porque nós queremos porque não é não é mais para mim. Não é mais para meus filhos, mas é para os meus netos meus bisnetos que venham aí para.</p>	<p>Como passou a ser uma aldeia "civilizada" com o tempo foi perdendo os costumes, no caso a caça, pesca, crenças. Era uma aldeia pacata onde se comia seu próprio alimento onde se caçava, pescava, onde tinha sua própria cultura onde nos indígenas fazia nossa própria cultura sem precisar de apoio governamental, mais hoje em dia nos tempos de hoje tudo mudou talvez ficamos relaxados e demos brechas para tentarem tomar o que e nosso, por outro lado, essa mudança teve seus empenhos de algo relativo "bom" , vou visar a cultura, hoje em dia tem mais visibilidade, devido aos tempos em que vivemos outros pensamentos pessoas com mais ideias não que sejamos rudes mais muitas vezes não tivemos chance de um estudo bom comparando nos dias de hoje para que possamos expressa e com mais firmeza o que realmente queremos fazer, mais isso não significa que não seja nosso , vai ser sempre a nossa cultura, nossa língua nossos costumes nosso modo</p>

			de andar de pensar e idealizar hoje, comparando com o passado creio que está "bom".
7.A criação da associação e do Núcleo Sapú Borari mudou a vida dos indígenas Borari de Alter do Chão?	Sim, fortalece muito né que elas vão todo mês hoje elas podem elas recebem ajuda já na aposentadoria elas podem fazer um empréstimo hoje ela já sabe tirar o dinheiro lá No caixa né que ela não sabia hoje ela está bem tudo isso é elas têm uma liberdade financeira, Elas também têm a sobrevivência através dos doces que elas fazem do artesanato, É e coisa e o núcleo também ajuda nessa parte o dando algum curso já deu alguma coisa como é que vocês fazem ou vocês ajudam ela já dá um incentivo assim tipo vão abrir um negócio para você ter uma renda.	Sim. Conseguimos muita coisa né os direitos. Aí depois olha como viemos ganhamos isso aqui. Nossos esforços estão levando entendeu. Então eu acho que? está sendo válido para nós.	Não só mudou, foi uma forma de dizer "estamos aqui" somos mulheres resistimos e existimos" somos um núcleo de mulheres que com certeza a vida mudou em algo, digo pela forma de lutar por seus direitos estamos aptos a falar sobre a causa rebater alguma forma de discriminação e a gente vê isso nos nossos encontros, mudou o nosso modo de pensar e agir, porque sabemos quais são nossos direitos e deveres como mulheres e principalmente nós mulheres indígenas.

A partir das entrevistas observei que na questão 1 as respostas foram semelhantes, onde a autonomia para elas é a busca pelos direitos garantidos dos indígenas Borari e ter coragem de lutar por seus direitos, políticos, culturais etc. Já na questão 2 notei que a AIBAC está dando resultados positivos para os indígenas Borari onde eles lutaram e lutam até os dias atuais e já alcançaram alguns de seus direitos almejados tudo em prol do povo indígena Borari e fortalecendo trabalho que vem sendo realizado desde a fundação da AIBAC.

Na questão 3 verifiquei que a criação da AIBAC foi de suma importância para que a partir das quatro bandeiras de seus direitos que estão na constituição fossem implementadas em Alter do Chão, a educação diferenciada através das cotas. Os indígenas Borari estão na universidade e outros já estão formados e trabalhando na comunidade, a saúde com o auxílio saúde com atendimento realizado pela SESAI, a seguridade social onde foi conseguido a aposentadorias e auxílio maternidade e a homologação das terras demarcadas que está em andamento. Todas essas bandeiras foram alcançadas com a criação da AIBAC.

Já na questão 4 as entrevistadas acham válida a luta da AIBAC junto com o Núcleo das Sapú Borari sempre caminhando juntos e fortalecendo a implementação de projetos e atividades voltadas para todos os associados. Sobre o matriarcado Borari da questão 5 elas relataram que seus antepassados sempre afirmaram que os Borari são uma aldeia matriarcal,

pois desde seus primórdios as mulheres indígenas Borari estiveram à frente da comunidade como liderança.

A partir das respostas da questão 6 para duas entrevistadas a maior mudança ocorreu devido à alta da especulação imobiliária em Alter do Chão e para outra entrevistada os costumes indígenas Borari foram mudando com o passar dos anos. Sobre a questão 7 a criação da AIBAC e do Núcleo Sapú todas responderam que mudou a vida das mulheres indígenas Borari que hoje sabem e lutam pelos direitos indígenas e são incentivadas a buscar novos caminhos seja estudando ou buscando fontes de renda através dos projetos implantados pela AIBAC.

O movimento feminista busca direito de igualdade transformando a vida das mulheres dentro da sociedade patriarcal. Já o matriarcado Borari busca por autonomia, pelos direitos para toda a comunidade indígena Borari de Alter do Chão, sendo que as mulheres sempre estiveram à frente na luta do movimento indígena desde os primórdios dos Borari de Alter do Chão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A associação desde a sua fundação vem proporcionando ganhos de autonomia para os indígenas Borari de Alter do Chão, principalmente relacionados ao reconhecimento e demarcação do seu território indígena junto à FUNAI. Fato de grande importância, considerando que a maior preocupação deles é o aumento da especulação imobiliária nos últimos anos em Alter do Chão. Além disso, baseados na Constituição de 1988, os Borari recorrem aos seus direitos legais, junto ao Estado brasileiro em assuntos relacionados a educação, saúde e previdência social, assim, contribuindo para o desenvolvimento da coletividade. A autonomia também é observada na realização parcerias com entidades não governamentais. Através da minha pesquisa pude constatar que os Borari viram o poder deles trabalhando coletivamente e que juntos eles conseguiram alcançar seus objetivos na relação de ganhos de seus direitos. A partir do reconhecimento étnico e da fundação da AIBAC os Borari tiveram ganhos expressivos de autonomia gerando oportunidades aos indígenas, satisfazendo suas necessidades e fazendo exercer seus direitos.

As mulheres indígenas Borari sempre estiveram à frente das mobilizações políticas que aconteceram em Alter do Chão e estão constantemente participando das rodas de conversa sobre as demandas de políticas públicas para as mulheres indígenas e para todos os indígenas que fazem parte da comunidade. Fato que também ocorre dentro da AIBAC, onde existem quatro núcleos que dividem os trabalhos, onde o Núcleo das mulheres Sapú Borari sempre está mobilizando e buscando autonomia através de projetos sociais e culturais.

A pesquisa mostrou que as práticas espaciais realizadas pela AIBAC têm foco nas ações sociais e ações culturais. Tanto nos projetos sociais quanto os culturais as práticas espaciais visam o circuito econômico alternativo e a lugarização através da força da identidade do povo Borari. A AIBAC cria e implanta projetos voltados para área econômica e cultural buscando parcerias com entidades governamentais e privadas com a finalidade de esclarecer, capacitar, levar conhecimento, gerar renda econômica extra e continuar a perpetuação da sua cultura para os mais jovens. Constatei que a associação busca *territorialização* lutando pela demarcação de seu território, reconhecimento perante a sociedade e seus direitos junto ao Estado brasileiro. Eles buscam a *lugarização* realizando práticas espaciais de reforço de identidade ao trazer para Alter do Chão a educação indígena para creche, Ensino Fundamental 1 e 2 e estão tentando trazer o Ensino Médio, a saúde diferenciada onde eles são assistidos pela FUNAI e pela SESAI.

Os encontros na AIBAC acontecem semanalmente onde são traçadas as metas e criados projetos para realização de ações integradas pelo desenvolvimento econômico, sustentável e fortalecendo a cultura Borari fazendo um fortalecimento da *rede econômica alternativa* e gerando renda para os associados. Durante pandemia foram realizados vários projetos para ajudar os indígenas Borari como a doação de cestas básicas, monitoramento das famílias indígenas e o acompanhamento da situação socioeconômica.

Ao observar as práticas espaciais das ações culturais, estas remetem principalmente a seus antepassados onde eles criaram o Festival do Sairé, o Festival Borari, músicas com tema regional, criação de grupos de carimbó, entre outros. Nesses momentos são lembrados os rituais, as danças, as bebidas e comidas típicas do povo Borari nos festivais que são voltados para momentos religiosos e para o econômico acontecendo, assim uma prática espacial de *lugarização* e uma *rede econômica alternativa*, pois nesse período Alter do Chão recebe muitos turistas. Percebi que a maioria dos projetos da AIBAC são voltados para o Núcleo das mulheres indígenas Sapú Borari, projetos de artesanato para ensinar e qualificar a partir de cursos com sementes e miçanga, grafites em cuias, arte mosaica, *tesumes*, bombons artesanias etc., visando a construção de um circuito alternativo econômico.

Durante a realização da pesquisa percebi que a Geografia possui poucas obras que tratam sobre a questão de gênero. Estudos sobre gênero ainda possuem pouca visibilidade dentro da ciência geográfica, principalmente quando se trata das mulheres indígenas. Passei por dificuldades para conseguir literaturas sobre o assunto, porém percebi que o movimento das mulheres indígenas, tanto no Brasil como em Alter do Chão, com as mulheres indígenas Borari, sempre esteve à frente na luta para que seus direitos sejam exercidos junto ao Estado brasileiro.

Os indígenas Borari de Alter do Chão tem uma organização matriarcal e o protagonismo feminino faz com que as práticas espaciais tenham uma configuração diferente do que se o os indígenas Borari tivessem uma organização patriarcal. A organização matriarcal dos indígenas Borari influenciam nas práticas espaciais da AIBAC, pois as mulheres desde os primórdios desse povo estiveram à frente, no comando, a figura feminina sempre foi forte, entre os Borari, as representações, a associação sempre as mulheres foram maioria, com isso elas formaram o primeiro cacicado somente de mulheres indígenas Borari em Alter do Chão que, segundo relatos da cacique, foi o primeiro do Brasil. As práticas espaciais que acontecem pela AIBAC são promovidas principalmente pelas mulheres do Núcleo Sapu Borari, as ações e os projetos; porém a luta por direitos é voltada para todo povo indígena Borari, não somente para estas mulheres. Através da minha pesquisa a minha hipótese foi confirmada de que a

organização matriarcal Borari repercute nas práticas espaciais e, provavelmente, seriam diferentes se os Borari fossem patriarcais.

A realização da minha pesquisa me fez ver que na Geografia pouco se fala na questão de gênero, principalmente em relação à temática indígena, e como a organização do movimento das mulheres indígenas no Brasil. Em Alter do Chão, é diferente do movimento feminista em termos gerais, pois a luta das mulheres indígenas vai muito além de um feminismo estrito. As indígenas sempre estão requerendo sua emancipação sempre à frente dos movimentos, com uma forte representatividade, e vão para a luta para conseguir alcançar os seus direitos. Porém, essa luta não é voltada somente para elas, mas sim para toda sua comunidade tendo como foco principal a primeira bandeira da luta que é a *demarcação de seus territórios* - essa questão é de suma relevância para a Geografia e deve ser mais valorizada.

A partir das conclusões da minha monografia pretendo continuar pesquisando sobre gênero, sobre movimento indígena e relacionar com outros povos indígenas. Como a organização matriarcal dos Borari possui influência nas práticas espaciais, pretendo futuramente realizar uma análise da relação de gênero com foco nas práticas espaciais aprofundando a questão para os Borari e fazendo uma comparação com o caso de outro povo indígena do Brasil na questão do patriarcado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla; LUCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Edinaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.8, p.237-263. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/TV4fKXBvfyD4P39TS89jXrP/?lang=pt> > Acesso em: 23 de dezembro 2021.

AMADO, Angelica Maria; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre; URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. Empoderamento da mulher Kaiowa e Guarani na luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas e identidade étnico-cultural. **Polis: Revista Latinoamericana**, Santiago, n.54, p. 1-20. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/18043> > Acesso em: 05 de janeiro 2021.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 03 de dezembro 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

COSTA, Gisele das chagas. **Construção de territorialidades indígenas e suas inter-relações com o empoderamento feminino no Médio e Submédio São Francisco – Ba**, 2017. 140 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador, Salvador. 2017. Disponível em: <<https://tede.unifacs.br/tede/handle/tede/721> >. Acesso em: 03 de dezembro 2021.

DIAS, João Aluízio Piranha. **A festa do Çairé e a resistência indígena: uma experiência ancestral dos Borari em Alter do Chão, Santarém, Pará**, 2019. 223 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2019. Disponível em: < <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7382> >. Acesso em: 07 de novembro de 2021.

DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Claudia. Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v.39. n. spe, 2019, p.113-129. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/TmkJTj6vTNMxpzhB3jhbPjK/abstract/?lang=pt#:~:text=A%20partir%20de%20uma%20aproxima%C3%A7%C3%A3o,com%20as%20pautas%20feministas%2C%20> > Acesso em: 16 de dezembro de 2021.

FERREIRA, Edilberto. **O berço do Sairé**. Santarém: Editora Valer, 2008. 188p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Convenção OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes nº. 169**. São Paulo: ISA, 2020. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Conven%C3%A7%C3%A3o_OIT_sobre_Povos_Ind%C3%ADgenas_e_Tribais_em_pa%C3%ADses_independentes_n%C2%BA.169> Acesso em: 06 de dezembro 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Borari**. São Paulo: ISA, 2014. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Borari>> Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

LENZI, Tié. **O que é o movimento feminista?** Matozinhos: Toda Política.com. 2019. Disponível em: < <https://www.todapolitica.com/movimento-feminista> >. Acesso em: 23 de novembro 2021.

MADURO, Rossini Pereira. O processo de afirmação da identidade étnica dos Borari de Alter do Chão – PA, 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus. 2018. Disponível em: <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/2159> >. Acesso em: 26 de novembro 2021.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v.18. n.36, 2010, p. 67-92. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/d3NZRM8zPZb49RYwdSPr5jQ/?lang=pt> > Acesso em: 08 de dezembro 2021.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: Do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Maria Marcia. (Orgs.), **Gênero e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2012. p. 140-171.

NASCIMENTO, Priscila da Silva; MARTINS, Adan Richard Moreira. A luta das mulheres no México e a perspectiva de um feminismo indígena: o caso das mulheres indígenas zapatistas. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v.19, p. 64-72, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/26200> >. Acesso em: 27 de dezembro 2021.

PAULA, Luís Roberto de. A organização institucional do Movimento das Mulheres Indígenas no Brasil atual: notas para começar a pensar. In: VERDUM, Ricardo. **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2008. p. 55-64.

PHILLIPS, Tom. 1. Alter do Chão, Pará. In: The Guardian.Top 10 beaches in Brazil. Londres: The Guradian, 2009. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/travel/2009/apr/15/beach-brazil-top-10>> Acesso em: 10 de dezembro 2021.

PINTO. Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo do Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p.11-34, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2015.29067> Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

RODRIGUES, Yuri Santana; PINHO, Taynara Gomes. **Turma da beira no território indígena de Alter do Chão**. Belém: UFPA, 2021.v. 5, 36 p.

RODRIGUES, Gilberto Cesar Lopes. Surara Borari, Surara Arapium. a educação escolar no processo de reafirmação étnica dos Borari e Arapium da terra indígena maró, 2016. 216 f. Tese

(Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação, Campinas. 2016. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_7c746f4a4a03f4d045fd322bc8a5f261> Acesso em: 04 de dezembro, 2021.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Marcia Maria. **Gênero e povos indígenas**. Rio de Janeiro e Brasília. Museu do Índio/ GIZ /FUNAI, 2012. 272 p.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: A discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas**, Recife, v.14, n.1+2, p. 95-110, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23601>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Women's Empowerment in Brazil: tensions in discourse and practice. **Society for International Development**, Washington, v. 53, n. 2, p. 232-238, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/46526273_Women's_Empowerment_in_Brazil_Tensions_in_discourse_and_practice>. Acesso em: 07 de janeiro de 2022.

SILVA, Carmen Silvia Maria da; CAMURÇA, Sílvia. **Feminismo e movimentos de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminino para a Democracia, 2013. 63 p.

SILVA, Joseli Maria (org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. 313 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116

SOUZA, Marcelo Lopes de. Autogestão, “autoplanejamento” e Autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. *Revista Cidades*, Presidente Prudente: v. 9, n. 15, 2012. Disponível em: <<https://xdocs.com.br/doc/augestao-2013-marcelo-l-de-souza-vod46pym9lo6>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

VERDUM, Ricardo. **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2008. 96 p.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Roteiro guia para realização das entrevistas semiestruturadas:

1. O que é autonomia para você?
2. O que você acha da associação?
3. A criação da associação foi boa para a busca pelos direitos dos indígenas Borari?
4. A luta da associação Borari junto com as mulheres do Núcleo Sapú Borarie válida?
5. Sobre o matriarcado dos Borari o que você pode me falar?
6. Quais as principais mudanças que aconteceram em Alter do Chão e que alteraram o modo de vida dos indígenas Borari?
7. A criação da associação e do Núcleo Sapú Borari mudou a vida dos indígenas Borari de Alter do Chão?

Apêndice 2 – Entrevistas semiestruturadas A, B e C:

Entrevistado A

1. O que é autonomia para você?

R: Autonomia para mim já está dizendo não é ter autoridade é ter propriedade no que você está fazendo. Junto a gente tem essa autonomia e é isso que a gente busca passar para eles entenderem cada dia mais e mais a gente sabe que tem uns que buscam mesmo autônomo tem uns que são mais devagar, mas eles sabem que eles têm eles têm essa autonomia em cima é buscando esse direito entendeu é vamos lá nós temos autonomia nós podemos é direito nosso nós temos autoridade para buscar né.

2. O que você acha da AIBAC?

R: Tem dado resultado, estão indo para a luta, estão indo para a luta. Junta todos os indígenas. E é isso acho que aquelas que não tiveram oportunidade de estudar, mas elas estão tendo uma formação de luta não é aí junta os que foram estudar aí e aí fortalece né olha eu não consegui estudar, mas eu tenho uma experiência de luta e tu que estudou a gente vai nisso daí não é o tradicional com científico né aí o negócio vai, não é?

3. A criação da associação foi boa para a busca pelos direitos dos indígenas Borari?

R: A busca do índio do indígena de busca muito do direito tem 4 bandeiras. A saúde diferenciada. A educação diferenciada a seguridade social e terras demarcadas da bandeira é saíram a partir da associação.

4. A luta da associação Borari junto com as mulheres indígenas do Núcleo Sapú Borari é válida?

R: Sim, A gente vai para cima para executar. E assim nós vamos seguindo as mulheres com a bandeira na frente trabalhando lutando e é isso, mas isso requer muita disponibilidade responsabilidade amor no trabalho amor na luta e principalmente o amor e a valorização desse povo é para não deixar acabar para não deixar ser invadido e não se envergonhar de ser quem é?

5. Sobre o matriarcado dos Borari o que você pode me falar?

R: A minha avó ela falava muito ela contava as histórias ela contava olha que era assim a luta era assim, mas as mulheres sempre foram comando, a gente vai transferindo vai passando não

é eles vão me entendendo e com respeito não é respeito de que as mulheres são comando e até onde eu sei através de uma antropóloga formada aqui no baixo tapajós acho que tu deve reconhecer a Luana ela disse olha tia Neca aqui foi o primeiro cacicado de mulheres e único no Brasil que só as mulheres são o comando.

6.Quais as principais mudanças que aconteceram em Alter do Chão e que alteraram o modo de vida dos indígenas Borari?

R: A questão territorial a questão especulação imobiliária é muito grande e nós já tivemos em 2000 e 2003 por conta disso foi o que impulsionou nas buscar do direito.

7.A criação da associação e do Núcleo Sapú Borari mudou a vida dos indígenas Borari de Alter do Chão

R: Sim, fortalece muito né que elas vão todo mês hoje elas podem elas recebem ajuda já na aposentadoria elas podem fazer um empréstimo hoje ela já sabe tirar o dinheiro lá No caixa né que ela não sabia hoje ela está bem tudo isso é elas têm uma liberdade financeira, Elas também têm a sobrevivência através dos doces que elas fazem do artesanato, É e coisa e o núcleo também ajuda nessa parte o dando algum curso já deu alguma coisa como é que vocês fazem ou vocês ajudam ela já dá um incentivo assim tipo vão abrir um negócio para você ter uma renda

Entrevistado B

1. O que é autonomia para você?

R: *A entrevistada não conseguiu responder.*

2.O que você acha da AIBAC?

R: A associação garantiu os direitos para as mulheres indígenas Borari e para todos os indígenas associados. A nossa associação ela tem o jurídico a gente é reconhecido não só aqui dentro de Santarém nós estamos reconhecidos em Brasília.

3.A criação da associação foi boa para a busca pelos direitos dos indígenas Borari?

R: Foi muito boa há a criação da associação. Ela dá direito para você ir buscar os seus direitos como aposentadoria auxílio maternidade é o auxílio saúde tudo isso a gente já conquistou. Então para mim é muito válido.

4.A luta da associação Borari junto com as mulheres indígenas do Núcleo Sapú Borari é válida?

R: É a luta eu acho muito válido. Por exemplo assim é que está um exemplo agora como na faculdade. Na faculdade a gente não tinha quase é acesso para indicar os indígenas. Depois disso começou.

5.Sobre o matriarcado dos Borari o que você pode me falar?

R: Então a gente vai Unidas vai mesmo para cima junto é dos nossos direitos. É a Neca a cacique com ela é assim quando ela chega diz assim oh a gente tem que fazer isso ir embora lá e a gente a apoia e aí ela vai e. A gente consegue unidas no grupo das mulheres Borari pelo matriarcado.

6.Quais as principais mudanças que aconteceram em Alter do Chão e que alteraram o modo de vida dos indígenas Borari?

R: Está aqui nessa luta contra especulação imobiliária, mas não é muito fácil a gente está se a gente luta e porque nós lutamos pela nossa demarcação nós queremos nossa Terra porque nós queremos porque não é não é mais para mim. Não é mais para meus filhos, mas é para os meus netos meus bisnetos que venham aí para.

7.A criação da associação e do Núcleo Sapú Borari mudou a vida dos indígenas Borari de Alter do Chão?

R: Sim. Conseguimos muita coisa né os direitos. Aí depois olha como viemos ganhamos isso aqui. Nossos esforços estão levando entendeu. Então eu acho que? está sendo válido para nós.

Entrevistada C

1. O que é autonomia para você?

R: Se falando de autonomia, falo sobre à indígena, no qual temos o direito livremente sobre nossa condição de cultura, política, mais muitas vezes esquecido quando se trata de manifestação cultural e principalmente pelo nosso modo de vida muitas vezes escassos de apoio e esquecido pelo poder público, quando era para nos apoiarem em tudo já que é um direito por nos garantido mais infelizmente diversas vezes esquecido infelizmente!

2.O que você acha da AIBAC?

R: Veio como uma forma de lutar, para a conquista do que e nosso por direito, nossas demandas com o nosso território que até hoje lutamos acho uma associação que veio para fortalecer cada vez mais a nossa luta sim, quando se trata de direitos, uma associação de fato e direito, q busca cada vez mais lutar em prol de seus associados e seus indígenas q estão sobre a cobertura dessa associação respeitada.

3.A criação da associação foi boa para a busca pelos direitos dos indígenas Borari?

R: Continua e continuará sendo sempre, de geração a geração , temos muitos Borari q se foram com eles levaram um legado de luta direitos e historias mais deixaram seus descendente pra lutar aqui, Aibac foi criado para fortalecer a nossa história para que não seja esquecida com ela veio nossos direitos como indígenas digo e diversas áreas , na área da educação temos muitos indígenas formados entrado na universidade com cota indígena ,sobre o salário maternidade q e diferenciado para as mães, seguridade social para nossas idosas e gratificante ver nossos direitos assistidos com a criação da AIBAC para nos.

4.A luta da associação Borari junto com as mulheres indígenas do Núcleo Sapú Borari é válida?

R: RDeu certo, sempre válida, a gente como um núcleo das sapu e a aibac andando junto fortalece muito a gente, cada vez mais somos reconhecidas com apoios projetos q veem para somar nosso núcleo, mais não digo só as sapu, tempos outros núcleos que a AIBAC apoia muito bom quando se trata de apoio uma forma se caminhar juntos para um fortalecimento contínuo AIBAC + Sapu.

5.Sobre o matriarcado dos Borari o que você pode me falar?

R: Sempre nas nossas rodas de conversas que temos semanais nossa cacique "Neca Borari expõe para nos sobre o matriarcado, nossa aldeia e uma aldeia matriarcal onde quem comandava e até hoje creio q quem exerce esse papel de liderança somos nós mulheres ,estamos sempre na frente das coisas em relação a causa indígena somos nós mulheres, a vista que , temos um núcleo composto por mulheres q vieram de uma luta contar a desigualdade social, onde vieram de uma luta para o sustento de seus filhos até mesmo em relação ao pessoal na criação de filhos solos como uma mãe solteira por exemplo, q batalha ou até mesmo batalhou pra dá o sustento ao seus filhos , um exemplo q sempre falo, e sobre uma mulher guerreira desse tapajós por nome Maria Moassara lutou contra todos e pra prevalecer seu direito de mulher e matriarca e uma inspiração de mulher indígena , de autoridade exercida assim como nos mulheres matriarcas indígenas Borari.

6.Quais as principais mudanças que aconteceram em Alter do Chão e que alteraram o modo de vida dos indígenas Borari?

R: Como passou a ser uma aldeia "civilizada" com o tempo foi perdendo os costumes, no caso a caça, pesca, crenças. Era uma aldeia pacata onde se comia seu próprio alimento onde se caçava, pescava, onde tinha sua própria cultura onde nos indígenas fazia nossa própria cultura sem precisar de apoio governamental, mais hoje em dia nos tempos de hoje tudo mudou talvez ficamos relaxados e demos brechas para tentarem tomar o que e nosso, por outro lado, essa mudança teve seus empenhos de algo relativo "bom" , vou visar a cultura, hoje em dia tem mais visibilidade, devido aos tempos em que vivemos outros pensamentos pessoas com mais ideias não que sejamos rudes mais muitas vezes não tivemos chance de um estudo bom comparando nos dias de hoje para que possamos expressa e com mais firmeza o que realmente queremos fazer, mais isso não significa que não seja nosso , vai ser sempre a nossa cultura, nossa língua nossos costumes nosso modo de andar de pensar e idealizar hoje, comparando com o passado creio que está "bom".

7.A criação da associação e do Núcleo Sapú Borari mudou a vida dos indígenas Borari de Alter do Chão?

R: Não só mudou, foi uma forma de dizer "estamos aqui" somos mulheres resistimos e existimos" somos um núcleo de mulheres que com certeza a vida mudou em algo, digo pela forma de lutar por seus direitos estamos aptos a falar sobre a causa rebater alguma forma de discriminação e a gente vê isso nos nossos encontros, mudou o nosso modo de pensar e agir,

porque sabemos quais são nossos direitos e deveres como mulheres e principalmente nós mulheres indígenas.